

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL  
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM HISTÓRIA**

**MATHEUS BARBOSA DIAS**

**Palmeira Clube: espaço de experiências e memórias. Dinâmicas culturais da  
comunidade negra de Ituiutaba-MG (1985-1995)**

**ITUIUTABA-MG**

**2024**

MATHEUS BARBOSA DIAS

**Palmeira Clube: espaço de experiências e memórias. Dinâmicas culturais da  
comunidade negra de Ituiutaba-MG (1985-1995)**

Trabalho de Monografia, apresentado ao Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História Licenciatura e Bacharelado.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalva Maria de Oliveira Silva.

**ITUIUTABA-MG**

**2024**

MATHEUS BARBOSA DIAS

**Palmeira Clube: espaço de experiências e memórias. Dinâmicas culturais da comunidade negra de Ituiutaba-MG (1985-1995)**

Trabalho de Monografia, apresentado ao Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História Licenciatura e Bacharelado.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalva Maria de Oliveira Silva.

Data da aprovação: 11/10/2024

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalva Maria de Oliveira Silva (Orientadora)  
(ICHPO-UFU)

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Moreira de Araújo  
(ICHPO-UFU)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geovanna de Lourdes Alves Ramos  
(ICHPO-UFU)

ITUIUTABA-MG

2024

## AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho é fruto de uma caminhada marcada por apoio, dedicação e incentivo de pessoas que me acompanharam em cada etapa desta jornada. A todos, minha mais profunda gratidão.

Aos meus pais, Izabel Rosa Barbosa Dias e Euripedes Juvêncio Dias, por serem meu alicerce, por acreditarem em mim e me oferecerem o suporte incondicional, o carinho e os valores que me guiaram até aqui. Nada seria possível sem o amor e a dedicação de vocês.

A todos os professores do curso de História, cuja dedicação e paixão pelo ensino foram fundamentais para minha formação acadêmica. Cada aula, discussão e orientação contribuíram não apenas para o meu conhecimento, mas também para o meu respeito pela prática historiográfica.

À minha orientadora, professora Dalva Maria de Oliveira Silva, por sua paciência, orientação e estímulo ao pensamento crítico. Sua sabedoria e apoio foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas da graduação, por cada momento compartilhado, pelas discussões, trocas de ideias e pelo companheirismo que tornaram essa experiência mais rica e leve. Crescemos juntos em busca do conhecimento.

Aos entrevistados que gentilmente se dispuseram a compartilhar suas memórias e experiências, permitindo que este trabalho pudesse contar um pouco da história e da resistência cultural da comunidade.

A todos que se dedicaram ao Palmeira Clube, que, com sua história e luta, me inspirou a investigar e documentar suas contribuições para a preservação da cultura negra e a construção de uma identidade coletiva. Este trabalho é, em parte, um tributo à sua resiliência.

A todos, meu sincero agradecimento.

"A experiência histórica não é o que aconteceu com os homens, mas o que eles fizeram com o que lhes aconteceu."

(THOMPSON, 1987, p. 13)

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar a trajetória histórica e o impacto sociocultural do Palmeira Clube entre os anos de 1985 e 1995, esta agremiação foi uma instituição de relevância significativa para a comunidade negra da cidade de Ituiutaba em Minas Gerais. A problemática norteadora dessa pesquisa é a relação que se estabelece entre os membros associados ao Palmeira Clube e a forma como esse espaço se configura em um recinto de formação da identidade e promoção da cultura afro-brasileira em Ituiutaba. O objetivo é compreender as experiências dessa comunidade, vivenciadas a partir de manifestações culturais e significações de identidade étnico-raciais, em torno do Palmeira Clube. Para elencar esses questionamentos e responder as problemáticas propostas, a História oral se inscreve como uma possibilidade para a elaboração das questões capazes de extrair dos relatos memoriais, informações importantes para a efetivação da pesquisa, debatendo questões referentes às memórias de pessoas importantes na construção identitária e cultural da comunidade negra de Ituiutaba, como também, na preservação de uma memória coletiva. A pesquisa busca as bases metodológicas para o seu desenvolvimento, dentre outros autores, em Alessandro Portelli, Pierre Nora, Verena Alberti e em E. P. Thompson os suportes teóricos no diálogo entre a experiência e cultura. Para tanto, este estudo utiliza como fonte entrevistas orais e documentos históricos da diretoria de 1991-1992 para analisar as experiências vividas pelos membros do Clube, buscando entender a relevância deste espaço na construção identitária e nas lutas sociais da comunidade negra, refletindo sobre a relação entre memória e história e a representatividade deste espaço para esse grupo social. Desta forma, o trabalho compreende que o Palmeira Clube se insere em um contexto de exclusão racial e social, e se validou como um espaço de resistência, preservação da identidade cultural e promoção da solidariedade entre seus membros, durante os anos em que esteve em atividade.

**Palavras-chave:** Palmeira Clube; Comunidade negra; Identidade cultural; Ituiutaba-MG.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the historical trajectory and socio-cultural impact of the Palmeira Clube between 1985 and 1995. This association was a significant institution for the black community in the city of Ituiutaba, Minas Gerais. The central question of this research is the relationship between the members of the Palmeira Clube and how this space became a place of identity formation and promotion of afro-brazilian culture in Ituiutaba. The objective is to understand the experiences of this community, shaped by cultural expressions and ethnic-racial identity meanings, centered around the Palmeira Clube. In answer to these questions and to the proposed problems, oral history emerges as a valuable method to formulate questions capable of extracting important information from memory accounts, contributing to the effectiveness of the research. This includes discussing the memories of individuals who played a important role in the identity and cultural development of the black community in Ituiutaba, as well as in the preservation of a collective memory. The research draws its methodological foundation from various authors, including Alessandro Portelli, Pierre Nora, Verena Alberti, and E. P. Thompson, using their theoretical frameworks to engage with the dialogue between experience and culture. Using oral interviews and historical documents from the 1991-1992 board meeting, this study analyzes the lived experiences of club members in an attempt to understand the significance of this space in the identity formation and social struggles of the black community. The research also reflects on the relationship between memory and history and the representativeness of this space for this social group. As a result, this work recognizes that the Palmeira Clube operated in a context of racial and social exclusion, serving as a space of resistance, cultural identity preservation, and solidarity among its members during its years of activity.

**Keywords:** Palmeira Clube; Black Community; Cultural Identity; Ituiutaba-MG.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> - Mapeamento dos Clubes Sociais Negros (2015) .....	26
<b>Imagem 2</b> – Primeira sede do Palmeira Clube na avenida 19. ....	31
<b>Imagem 3</b> – Circuito da praça Treze de Maio .....	32
<b>Imagem 4</b> – Localização do Palmeira Clube na avenida 23.....	33
<b>Imagem 5</b> - Eleição das chapas que concorrem à gestão do Palmeira Clube .....	39
<b>Imagem 6</b> - Roda de capoeira realizada no Palmeira Clube.....	42
<b>Imagem 7</b> - Cerimônia de descerramento da placa de inauguração do Palmeira Clube.....	45
<b>Imagem 8</b> - Convidados para cerimônia do Palmeira Clube .....	46
<b>Imagem 9</b> - Concurso de beleza negra realizado no Palmeira Clube.....	50
<b>Imagem 10</b> - Bloco de Carnaval do Palmeira Clube.....	56

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

<b>Gráfico 1</b> – Data de fundação dos clubes sociais negros. ....	21
<b>Tabela 1</b> – Clubes identificados pelo IPHAN.....	21

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO I - Os Clubes Sociais Negros e o Palmeira Clube .....	21
1.1 Clubes Sociais Negros como Patrimônio Cultural .....	24
1.2 Palmeira Clube – um “lugar de memória” .....	29
2. CAPÍTULO II – A oralidade e os arquivos da gestão “Liberdade” .....	37
2.1 Palmeira Clube: entidade histórica, política e cultural .....	38
2.2 Uma nova ótica para a identidade negra nos concursos de beleza .....	49
2.3 O carnaval palmeirense .....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	59
REFERÊNCIAS .....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	63

## INTRODUÇÃO

Em todos os estados do território brasileiro é possível encontrar espaços recreativos de lazer construídos e destinados a determinados grupos sociais, nesses locais que comumente se oficializam como agremiações, clubes ou associações, permeia um espaço de vivências, trocas, aprendizados e ensinamentos, pelos quais os participantes se identificam a partir de traços em comum, constituindo confluências ideológicas, políticas, culturais e econômicas que os caracterizam em uma singularidade ao mesmo tempo única e plural, onde se faz presente em determinadas circunstâncias sócio-políticas um conjunto de objetivos e reivindicações.

As vivências humanas nestes locais, são passíveis da historicização das experiências, como no caso do Palmeira Clube, fundado em 29 de julho de 1945, emergindo como um espaço de socialização para a comunidade negra da cidade de Ituiutaba no estado de Minas Gerais. Dentre as várias manifestações ocorridas no local, é possível observar a preponderância das representatividades culturais e identitárias que simbolizam a luta e a resistência do grupo diante uma região com um contexto histórico e geográfico marcado pela segregação e conservadorismo.

A escolha do Palmeira Clube como objeto de estudo para este trabalho está profundamente relacionada à minha história pessoal e familiar. Minha família possui uma longa e significativa ligação com essa entidade. Meu tio, Ismael Antônio Barbosa, um dos entrevistados ao longo da elaboração dessa pesquisa, foi presidente do Clube em duas ocasiões, minha avó materna, Maria das Dores, foi uma das primeiras residentes da avenida vinte e três, local onde seria posteriormente construída a sede do Clube, por isso, a história da minha família muitas vezes se entrelaça com pontos cruciais das vivências relatadas nesta pesquisa.

Principalmente durante a década de 1990, meus pais, tios e primos também participaram ativamente das atividades promovidas pelo Clube, reforçando o vínculo afetivo e comunitário com esse espaço que, além de ser um local de lazer, representou a luta pela preservação da cultura e identidade afro-brasileira em Ituiutaba. Por essa razão, considero que o estudo do Palmeira Clube oferece não apenas uma oportunidade de compreender sua relevância sociocultural, mas também de resgatar memórias familiares e coletivas que ajudaram a construir sua história.

Nesta perspectiva, é possível analisar empiricamente as relações sociais produzidas

neste Clube como evidência de algumas experiências vividas. Para isso, a contribuição de autoras como Cecília Odetti, Livia Magalhães e Lia Tiriba (2021), são utilizados neste estudo, para relacionar a análise das experiências com as relações diretas de disputas, conflitos e tensões que estruturam o passado, além de abranger as contribuições teórico-metodológicas dos estudos sobre experiência e cultura e seu impacto na formação de classes, preconizados por Edward Palmer Thompson (1981), desta forma, refletindo sobre a relevância e a contribuição das experiências sociais, individuais e coletivas, para o nosso presente.

Sendo assim, a temática deste estudo se dirige às experiências vividas no Palmeira Clube na cidade de Ituiutaba-MG, no âmbito das manifestações socioculturais durante os anos da década de 1990, período em que houveram investimentos incisivos no Clube através de verbas públicas advindas da Prefeitura Municipal, intermediadas pela Fundação Zumbi dos Palmares da cidade de Ituiutaba<sup>1</sup>, que movimentaram aquela comunidade com a ampliação das dependências físicas do Clube, processos de campanha e eleição para uma nova chapa administrativa da diretoria do Palmeira e promoção de atividades socioculturais. Dessa forma, o presente estudo pretende utilizar como fonte a documentação produzida e reunida pela diretoria do Clube no biênio 1991-1992, bem como entrevistas com membros da diretoria e sócios do referido Clube.

Como aponta CAVALHEIRO (2016), é importante delimitar as relações entre memória e história, como também o processo de relembrar o passado, em uma tentativa de buscar as significações perdidas no tempo, é necessário que o historiador lance para as lembranças do passado um olhar passível de historicização, em que seja possível elucidar as significações que não chegaram a ser expostas na superfície das memórias, encontrar nessas histórias do passado o sentido das vivências que carecem de historicidade no presente.

Para isso, a contribuição dos trabalhos de THOMPSON (1981, p. 183) são grandes pontos de referência nas discussões sobre a aplicação do conceito de experiência no estudo das relações de produção e cultura, segundo o autor, as experiências humanas são centrais para a compreensão dessa associação, destacando que homens e mulheres não são meros indivíduos autônomos, mas sujeitos que vivenciam e interpretam suas situações e relações produtivas através de necessidades, interesses e antagonismos, o que influencia tanto a consciência quanto a cultura. Essas experiências, segundo Thompson, têm o potencial de

---

<sup>1</sup> A Prefeitura Municipal de Ituiutaba foi responsável pelo repasse de verbas públicas ao Palmeira Clube até 1990, a partir da criação da Fundação Zumbi dos Palmares, fundada em conformidade com a Lei nº 2.768, de 06 de março de 1991, o repasse de verbas passou a ser de responsabilidade da Fundação Zumbi dos Palmares.

organizar indivíduos em torno de objetivos comuns e transformar essas vivências em cultura e tradição, conectando memórias coletivas e percepções individuais.

Neste sentido, a pesquisa historiográfica da memória cria uma necessidade metodológica de análise das experiências humanas no tempo, insere-se aí os estudos de análise da relação dialética entre memória e história, entre os contrastes e convergências dos dois conceitos, e as possibilidades de análise de fontes na pesquisa e produção do conhecimento histórico. Nessa direção a fonte oral se apresenta como uma oportunidade a ser explorada.

Nos Estados Unidos da América, a partir dos anos de 1950 se observa o desenvolvimento de uma história oral que privilegia o aspecto político e tradicional da historiografia vigente. Posteriormente, na década de 1960, há uma transição desta perspectiva, que passa a abranger uma história oral de bases antropológicas, pensando atores e personagens tradicionalmente marginalizados ou excluídos do plano do desenvolvimento da historiografia. A mudança metodológica e epistemológica para o tratamento da memória como fonte historiográfica se inicia a partir da possibilidade de estruturar um novo segmento de estudos, capaz de unir as ferramentas tecnológicas de captação de áudio a novos métodos de análise e coleta de dados para elaboração e interpretação dessas fontes orais.

Para JOUTARD (1995), a partir de 1960, uma segunda geração de historiadores ligados ao trabalho com as fontes orais, estabelece novas metodologias de análise para empreender os estudos e interpretações sobre essa categoria de fonte, o autor observa que as fontes orais passaram a ser concebidas não apenas como complementares às fontes escritas, mas como uma forma distinta de história. Essa abordagem, próxima à antropologia, busca oportunizar a voz de grupos historicamente marginalizados, como trabalhadores, negros, mulheres e outros que foram tradicionalmente excluídos das narrativas históricas oficiais.

A partir dessa base teórica e metodológica, a pesquisa visa lançar um olhar sobre os esforços da comunidade negra de Ituiutaba para criar um espaço próprio, onde fosse possível realizar atividades de lazer e manifestações culturais, que se apresentam desde os primeiros anos do século XX, realizando as festividades em galpões de beneficiamento e armazenamento de cereais e locais improvisados, reutilizados como salões de festas e reuniões.

Segundo o trabalho de monografia desenvolvido pela historiadora e participante das atividades do Clube, Iza Costa (2011), entre os anos de 1920 e 1945, as atividades e celebrações do Palmeira Clube ocorriam em espaços cedidos ou alugados, como galpões de

processamento de cereais e estruturas improvisadas. O primeiro espaço próprio de desenvolvimento das atividades do Palmeira Clube foi sediado na avenida 19 entre as ruas 22 e 24, no bairro central da cidade, neste período, o espaço denominado Casa Clube foi o primeiro a congregar interesses da comunidade negra em prol da construção de um lugar efetivo para realização de festividades e celebrações desse tipo.

De acordo com a pesquisadora, a construção de uma sede própria naquele local apresentava dificuldades materiais e econômicas para sua efetivação e foi postergada até o ano de 1937, quando foi cedido um terreno pela prefeitura da cidade no loteamento onde hoje se situa a praça Treze de Maio. Lugar que veio a se tornar referência para a comunidade negra tijucana, onde hoje se localizam a Igreja São Benedito, a Fundação Zumbi dos Palmares e várias sedes de ternos da congada<sup>2</sup>, além da própria praça Treze de Maio, onde são realizados anualmente festividades e celebrações da Irmandade São Benedito e da Congada<sup>3</sup>. Antes da efetivação da construção do Clube no local onde hoje se situa a praça Treze de Maio, o terreno foi trocado por outro, na avenida 23 com a rua 40, local em que o Clube foi efetivamente construído e inaugurado no ano de 1970. Dessa forma, o Palmeira Clube se constituiu como espaço representativo dos anseios da comunidade negra tijucana para que fosse possível haver um espaço privado e seguro para a socialização entre os membros desta comunidade.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo perceber como se deram as dinâmicas das políticas internas que se constituíram no espaço do Palmeira Clube, quais suas inspirações, trocas e demandas sociais por cultura e educação. Como o Clube, seus sócios e dirigentes, se portavam frente as tensões sociais existentes, reconhecendo e ressignificando sua ocupação nesse espaço como parte de uma comunidade. Busca-se, a partir de entrevistas orais com os membros da diretoria e sócios do Clube, lançar um olhar sobre as experiências vivenciadas neste espaço e entender como essas memórias são narradas e ressignificadas pelas narrativas do tempo presente; quais aprendizados e ensinamentos estão resguardados na

---

<sup>2</sup> De acordo com a definição da antropóloga Renata N. Silva, o “terno” é uma categoria nativa utilizada para identificar os diferentes grupos que compõem a congada: Moçambique, Congos, Catopés, Marinheiros, Caboclinho, Marujo etc. Geralmente, o terno é composto por pessoas que se concebem como parentes e que possuem laços de amizade e compadrios. (SILVA, 2016, p. 74).

<sup>3</sup> De acordo com a definição da pesquisadora Amanda M. Souto, as práticas congadeiras estão relacionadas aos grupos que realizam festejos em devoção a santos e santas católicos/as e não católicos/as, como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, utilizando-se de danças, cantos, toque de instrumentos, bandeiras e outros objetos e performances para afirmarem seu comprometimento festivo e devocional. Tais práticas estão ligadas às celebrações festivas-rituais de grupos populares, nesse caso, respectivos a grupos negros. (SOUTO, 2020, p. 6)

memória e se tornaram relevantes para as dinâmicas sociopolíticas atuais.

Para isso, é necessário compreender as experiências da comunidade negra de Ituiutaba, vivenciadas a partir de manifestações culturais e significações da identidade étnico-racial, em torno do Palmeira Clube. Desenvolvendo um trabalho de rememoração das vivências dessas pessoas que participaram dos quadros da diretoria e sócios do Clube, que contribuíram de forma significativa para a construção identitária da comunidade negra na cidade. Observar as atividades socioculturais realizadas naquele espaço e colocá-las em perspectiva sobre as demandas e resistências internas da cidade e dos próprios sócios da agremiação, bem como, historicizar as memórias sobre as atividades elaboradas neste espaço e suas relações com o momento atual.

Estabelecer conexões entre as experiências do tempo passado e as demandas do tempo presente, preservar as memórias acerca das experiências vivenciadas no Palmeira Clube, a fim de reunir e constituir documentação pertinente aos enredos culturais do grupo social observado. Analisando a representatividade deste local para as famílias que puderam, ao longo dos vários anos de funcionamento do Clube, expressar sua cultura de forma livre e assegurar os momentos de lazer familiar.

Pensando nisso, as relações entre a memória e história se destacam no campo do estudo das ações humanas no tempo. Observar essas relações circunscritas neste recorte, abre possibilidades de pesquisa para as atuações da população negra, que emergem da necessidade de se estabelecer como símbolo e identidade da cultura afro-brasileira, esta perspectiva de resistência e insistência se concretiza nos vários anos de atuação do Clube na cidade.

Como destaca a pesquisa de COSTA (2011, p. 56), a Legião Negra utilizou a combinação de luta por educação e festividades, “entre os da ‘raça’” como uma estratégia eficaz para criar um “lugar/espaço próprio”, destinado a reforçar a identidade da “raça” e resistir à hegemonia cultural dominante, desta forma, congregando interesses do bem comum e permitindo sua organização enquanto comunidade.

Segundo a autora, a visita de um grupo de pessoas ao primeiro Palmeira Clube em 1932 vindos da cidade de Campinas no estado de São Paulo, denominada Legião Negra, foi um marco importante, pois se tratava de uma ramificação da Frente Negra Brasileira, um movimento de ativismo negro de São Paulo, surgido na década de 1930. Segundo a historiadora Miriam Ferrara.

[...] ao organizar-se a Frente Única Paulista (união do PRP com o Partido Democrático), os negros foram excluídos de toda e qualquer participação. Surgiu, então, a ideia da Frente Negra Brasileira, fundada a 16 de setembro de 1931. [...] O

objetivo primordial da F.N.B. era a ascensão social do negro e para tanto as metas seriam: estímulo para estudar, trabalhar, ter casa própria e progredir. Com esse intuito sempre presente, eram feitas as domingueiras, reuniões doutrinárias, tendo por finalidade educar e conscientizar os negros. (FERRARA, 1986, p. 202).

Nesta perspectiva, a comunidade negra assume o protagonismo através de suas ações políticas, a capacidade de organização e realização, etapa importante para que se constituísse espaços de atuações em que fosse possível pensar os anseios e necessidades do povo negro, se materializa na forma de um Clube que não se destinava exclusivamente a festas e celebrações, mas, também, se configurou como um polo das discussões inerentes as dificuldades encontradas por este coletivo, sobretudo em uma cidade que se inscreve no plano do Brasil do século XX, conservando valores reacionários de divisões raciais no trabalho, educação, lazer, saúde e outros setores da vida cotidiana.

Para elencar esses questionamentos e responder as problemáticas propostas, a História oral se inscreve como uma possibilidade para a elaboração das questões capazes de extrair os relatos memoriais importantes para a efetivação da pesquisa, debatendo questões referentes às memórias de pessoas importantes na construção identitária e cultural da comunidade negra da cidade de Ituiutaba, como também, na preservação de uma memória coletiva que recentemente passou por processos de perdas patrimoniais e documentais com relação aos arquivos e coleções que se destinavam à guarda dessas memórias na sede do próprio Clube.

Em janeiro de 2014, foi decretada a interdição judicial do Palmeira Clube pelo Ministério Público de Minas Gerais, esta ação foi movida pelos residentes vizinhos ao Palmeira, motivada pelo incomodo gerado pela emissão de sons e ruídos durante as noites de bailes e celebrações, a ação judicial decretou que os dirigentes deveriam revestir o salão de festas com uma estrutura de isolamento acústico, o alto custo do projeto inviabilizou sua efetivação naquele momento, em decorrência do descumprimento do decreto, a ação judicial deferiu a interdição do espaço, fechado desde então.

Posteriormente, uma vistoria do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, apontou a falta de dispositivos de segurança como luzes de emergência, extintores e *sprinklers* no interior do salão de festas, necessários para a liberação do alvará de funcionamento. Agravante à questão, no ano de 2016, dependentes químicos passaram a ocupar o salão do Palmeira Clube enquanto o mesmo, estava interditado, consumindo e comercializando drogas no interior do local, vandalizando e depredando a estrutura e os documentos guardados no Clube, além disso, o número de roubos e delitos aumentou nas proximidades do espaço, instaurando um grave problema de insegurança pública para os

residentes do bairro.

Em março de 2023, uma vistoria da Secretaria de Obras da Prefeitura de Ituiutaba, orientou a demolição do edifício, apontando para o risco de desabamento da estrutura predial do salão, atualmente, o Clube e suas dependências permanece a quase dez anos interditado e sem manutenção.<sup>4</sup> Líderes e entidades ligadas ao Palmeira Clube, trabalham para solucionar as complicações legais enfrentadas pela agremiação.

Frente a considerável perda de materiais e documentações do Clube, o uso da História oral foi imprescindível para a realização desse projeto, sendo a análise da memória, como fonte historiográfica, uma metodologia fundamentada nos cuidados com a memória e carregada de inovações e procedimentos metodológicos, como também de perspectivas sobre o valor dessa memória e da vivência para a construção do conhecimento científico, se apresentando de formas multifacetadas e diversificadas em experiências distintas durante seus anos de aprofundamento.

Para auxiliar na operacionalização deste método, a historiadora ALBERTI (2005), apresenta várias obras de sistematização, aplicação e usos da História oral em diferentes temáticas de pesquisa, descrevendo as possibilidades e limitações do método no desenvolvimento de um trabalho acadêmico, segundo a autora, o processo de conduzir entrevistas, desde a preparação até a análise dos depoimentos, exige tempo e recursos financeiros substanciais. Portanto, essa metodologia deve ser escolhida com clareza quanto às questões que pretende responder, uma vez que não oferece soluções para todos os problemas de pesquisa, torna-se necessário o cuidado em utilizar esse método estrategicamente para atender as especificidades de um trabalho historiográfico sobre a memória, como é o caso deste estudo.

Na História oral a possibilidade de se trabalhar com as concepções de memória são diversas, uma delas é o conceito de “memória dividida” apresentada por PORTELLI (1997), lembranças fragmentadas e internamente divididas que compõem obstruções de diferentes fatores, delimitadas por suas condições de produção, ou seja, cada sujeito, mesmo que tendo vivenciado experiências semelhantes no mesmo local, se relaciona com essas memórias e vivências de uma forma muito específica e particular. Relacionar essas diferenças individuais na construção do espaço coletivo é sumariamente importante, mas também desafiador, pois cada sujeito que produz sua própria história se direciona a essa memória biográfica de formas

---

<sup>4</sup> Ofício nº 753/2023/SPJI expedido em 07 de julho de 2023 pelo MPMG.

imprecisas ou parciais. Devendo o historiador analisar não os relatos em si, mas a historicidade que esses relatos carregam, elaborar um trabalho de história oral é também um exercício de leitura do não dito, encontrar nas lacunas e nas evidências a construção narrativa dos conflitos entre essas diversas e semelhantes experiências vividas.

THOMPSON (1981), historiador britânico do século XX, se integra à corrente neomarxista de pensamento, aplicando aos estudos das relações de produção a categoria “experiência”, quando pensa a relação do homem com as construções narrativas que desenvolve a respeito da memória coletiva de um grupo, superando concepções estruturalistas sobre a categoria “classe”. Thompson observou as experiências vividas no processo de formação e continuação da cultura específica dessas comunidades observadas, que sentem e internalizam os acontecimentos de ações inscritas no tempo, constituindo assim, um processo de formação autônomo e não determinado pelas estruturas político-sociais.

A partir dessas diretrizes a pesquisa foi desenvolvida por meio da análise do álbum de recordações da diretoria do biênio 1991-92, visando extrair dos documentos relacionados, as memórias e experiências escolhidas para serem perpetuadas. Utilizando para tanto a metodologia específica para cada tipo de documento ali relacionado.

Memórias dos sujeitos históricos e sociais, ligados à gestão do Clube, foram coletadas por meio de entrevistas orais temáticas e semiestruturadas por roteiros específicos, com questões que visaram responder às problemáticas da pesquisa e segundo os procedimentos orientados por autores como Alessandro Portelli e Verena Alberti.

Observando a partir das fontes primárias, de entrevistas orais com membros da diretoria e sócios do Clube, selecionados por critérios de relevância e atuação dentro das ocupações da agremiação, bem como, também fontes materiais, como o álbum de recordações do biênio 1991/1992. Documentos, tais como, recortes de periódicos, fotografias, convites, regimentos e anotações sobre as atividades ocorridas durante o mandato desta diretoria, colecionados e selecionados pela diretora cultural Maria José Silva, e fontes secundárias, como as notícias do Palmeira Clube nos veículos de imprensa do período, como por exemplo, os periódicos Diário Regional e Folha de Ituiutaba. Para análise dos recortes sobre o Clube e suas atividades, que aparecem na imprensa local, buscou-se as orientações e procedimentos apresentados por Tânia Regina de Luca (2010).

Para a pesquisa, entrevistas foram mobilizadas com a utilização de roteiros temáticos semiestruturados, intencionando apresentar perspectivas de interpretação na fala dos sujeitos abordados, para isso, foram elaboradas perguntas direcionadas aos primeiros contatos do

entrevistado com o Clube, as especificidades do cargo que ocupou enquanto esteve à frente dos quadros da diretoria e os projetos pensados e realizados pelos participantes do Clube, durante as atividades destinadas as manifestações culturais da comunidade negra de Ituiutaba-MG.

Os três entrevistados selecionados são negros e vozes representativas da comunidade, tanto pela especificidade de seus trabalhos, quanto por sua trajetória biográfica de luta e resistência junto à população negra da cidade, todas as entrevistas foram presenciais, a de Luzia Eterna e Maria José foram realizadas em suas residências e a de Ismael Antônio Barbosa, no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal (CEPDOMP), os questionamentos foram feitos em colaboração com a professora orientadora dessa pesquisa, Dalva Maria de Oliveira Silva.

Luzia Eterna Ribeiro, 72 anos, participou como diretora social da diretoria do Palmeira Clube entre os anos de 1991 e 1992, ao longo de sua carreira, foi uma das fundadoras do curso PREVESTI (Pré-Vestibular Universitário para Alunos Negros e Carentes de Ituiutaba), ligada à história da educação em Ituiutaba, trabalhou na Fundação Zumbi dos Palmares, na biblioteca da FEIT (Fundação Educacional de Ituiutaba) e se aposentou como servidora pública do município.

Maria José da Silva, 71 anos, participou como diretora cultural da diretoria do Palmeira Clube entre os anos de 1991 e 1992, foi professora de Matemática na rede pública de ensino, presidente do Sindicato das Empregadas e Trabalhadoras Domésticas de Ituiutaba; idealizadora e Coordenadora do PMDB Mulher no Triângulo Mineiro; idealizadora e fundadora da Escola Comunitária Profissionalizante Mãe Maria e Presidente do Palmeira Clube entre os anos de 1998 e 1999.

Ismael Antônio Barbosa, 57 anos, participou como presidente da diretoria do Palmeira Clube em dois mandatos, entre os anos de 1991 e 1992 e posteriormente entre os anos de 1999 e 2000, músico multi-instrumentista, radialista, comunicador e empresário, atua no sistema de rádio de Ituiutaba há mais de 35 anos, em programas jornalísticos e musicais, foi o mais jovem candidato a vencer a eleição para presidência do Palmeira Clube, (penso que importante citar a outra gestão dele no Clube). Atualmente trabalha na rádio Cancellia de Ituiutaba e realiza trabalhos de publicidade e comunicação para a Prefeitura de Ituiutaba.

As problemáticas da pesquisa, partem de interpretações entre a sociedade e o espaço do Clube, para relacionar questões sobre como estes participantes se enxergavam, se havia uma relação coletiva enquanto um grupo identitário ou o individualismo era preponderante

nas relações internas do Clube. Se as mulheres ocupavam posições de protagonismo frente as organizações da administração e atividades do Clube. Se havia debates ou mobilizações sobre a situação do negro na cidade de Ituiutaba. Qual o entendimento dos participantes com relação ao espaço do Palmeira Clube, seria um local destinado apenas para o lazer e divertimento, ou a concepção de um espaço para ações de reflexão e promoção da comunidade negra era de conhecimento a todos.

A partir das questões elencadas, os capítulos da pesquisa foram organizados por meio das interpretações das falas observadas nas entrevistas, com vista a identificar as experiências e a cultura da comunidade negra de Ituiutaba, entendida como uma rede de conexões que se estabelece entre os sujeitos e o espaço em que estão inseridos.

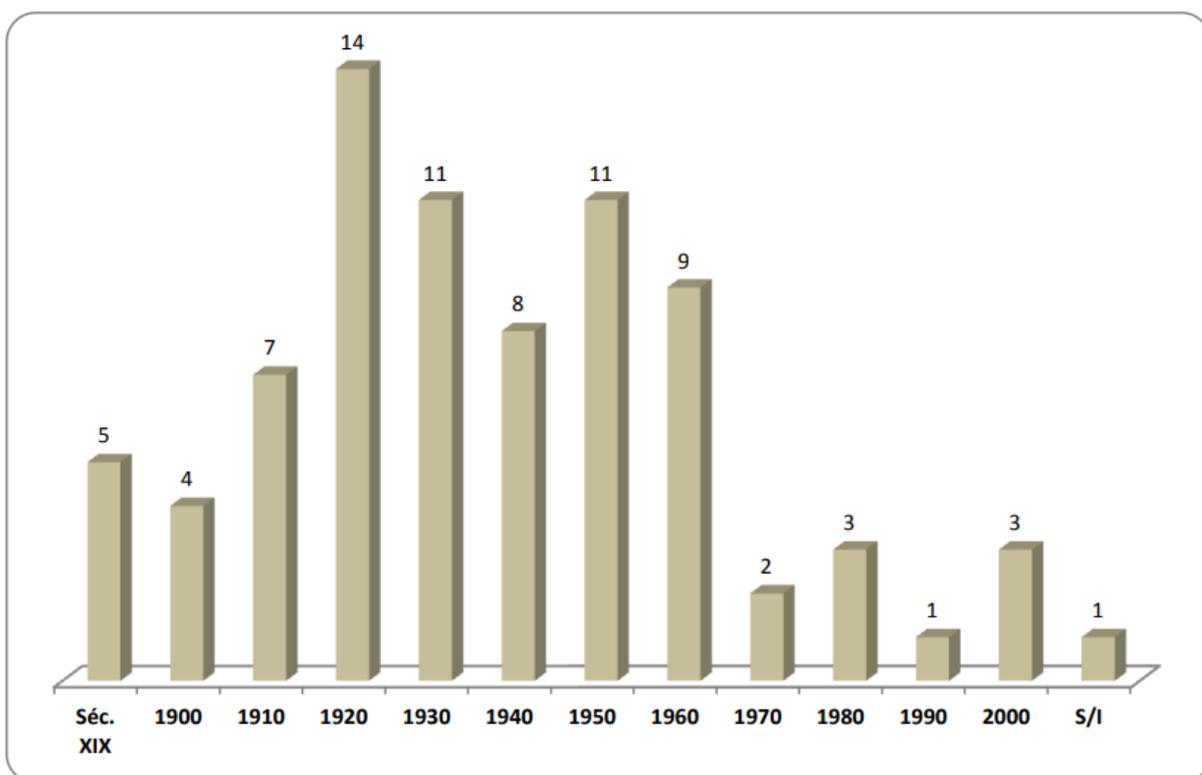
Para o primeiro capítulo da monografia “Os Clubes Sociais Negros e o Palmeira Clube” foi realizado o estudo e levantamento de produções acadêmicas sobre os Clubes sociais negros no Brasil, a luta pelo reconhecimento desses espaços enquanto patrimônio, o papel das instituições do Estado no levantamento e catalogação desses Clubes e o histórico das primeiras atividades do Palmeira Clube de acordo com os conteúdos das entrevistas e da pesquisa de Iza Costa, egressa desse curso de História.

O segundo capítulo “A oralidade e os arquivos da gestão Liberdade” foi dirigido à análise do álbum de recordações da diretoria do Clube nos anos de 1991 e 1992 e das entrevistas semiestruturadas realizadas com os membros da diretoria do Palmeira do início dos anos de 1990, relacionados acima.

## 1. CAPÍTULO I - Os Clubes Sociais Negros e o Palmeira Clube

Assim como no Palmeira Clube em Ituiutaba, várias comunidades negras espalhadas por todo o território brasileiro, mobilizaram-se para a criação de espaços e locais onde fosse possível expressar suas manifestações culturais e organizar suas atividades sob uma proposta coletivista de união em torno desses espaços de pertencimento. As datas de fundação desses Clubes incidem principalmente nos anos finais do século XIX e início do XX, sob uma nova configuração social brasileira respectiva ao período do pós-abolição de 1888, portanto, mapear esses Clubes e suas localidades se torna tarefa indispensável para a compreensão e análise do estado da arte, para as quais apontam as produções acadêmicas relativas ao tema em todo o país e sob quais metodologias e conclusões os estudos desses clubes estão inseridos.

O gráfico 1 - apresenta a quantidade de clubes sociais negros por data de fundação, destacando a distribuição cronológica dessas entidades no Brasil.



Fonte: Mapeamento dos Clubes Sociais Negros (2015).

A análise dos dados revela um crescimento significativo na criação de clubes especialmente entre as décadas de 1920 e 1950, período marcado pela intensificação da migração de afrodescendentes para as áreas urbanas e pela necessidade de espaços de

sociabilidade próprios, frente à exclusão racial vigente. Esses clubes surgiram como importantes centros de resistência cultural e de preservação da identidade negra, desempenhando papel crucial na organização social e cultural das comunidades afro-brasileiras, durante as décadas seguintes ao período pós-abolição.

Nesta perspectiva, a contribuição do trabalho de E. P. Thompson para a análise sócio-histórica da cultura, presente no texto “*O termo ausente: a miséria da teoria* (1981)”, fundamental para compreensão da forma como as experiências dos indivíduos e das classes sociais são centrais na construção do tecido social e cultural. Thompson rejeita a visão estruturalista que tende a reduzir a história a categorias fixas e impessoais, argumentando que a experiência humana, em toda a sua complexidade, não pode ser negligenciada. Ele critica a abordagem de teóricos estruturalistas, que, segundo ele, marginalizam a agência dos indivíduos e subestimam o papel da cultura como um campo de luta e contestação.

O que descobrimos está num termo que falta: “experiência humana”. [...] Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura. (THOMPSON, 1981, p.183).

Conjuntamente a perspectiva de análise metodológica da América Afro-Latina, discutida pelo historiador norte-americano George R. Andrews (2007), estão presentes nos esforços para compreensão da relação das condições de vida do negro no continente americano. Portanto, contribuem para a problematização da história de vida dos cidadãos negros de Ituiutaba e sua disputa por territórios onde fosse possível manifestar sua cultura, sem medo ou receio de retaliações, se inserindo, desta forma, em um plano historiográfico global dos desafios enfrentadas pelo povo negro, que transcendem não apenas as fronteiras dessa cidade, mas também desse país, logo, tornam-se passíveis de observação através de variados recortes de espaços e temporalidades.

Em consonância com os quadros de vivência do negro nas esferas transatlântica, transnacional e global, no Brasil, autores como Flávio Gomes e Verónica Secreto (2017) desenvolvem trabalhos de pesquisa utilizando-se desta perspectiva para pensar as intersecções das relações raciais nos âmbitos regionais, nacionais e globais.

[...] a categoria de afro-latino-américa, enquanto uma ferramenta teórica que apela simultaneamente para as dimensões globais e locais; transnacionais e regionais; étnicas e territoriais; antropológicas e históricas da presença africana numa ‘porção’ do continente americano. Por detrás dessa categoria – à primeira vista pode parecer

sintética e limitadora – se esconde um conjunto de experiências diversas, de semelhanças e dessemelhanças. (GOMES; SECRETO, 2017, p. 8).

A vida do negro em Ituiutaba, como em muitas outras cidades do Brasil, reflete as complexas dinâmicas sociais e históricas que marcam a realidade desse grupo, portanto, através das possibilidades metodológicas de análise abordadas pela perspectiva da América Afro-Latina, se empreende o esforço de correlacionar as diferentes histórias, memórias e vivências da comunidade negra tijuicana, circunscrita e impactada pelos fenômenos exógenos do país, sobretudo com relação às temáticas e movimentos que buscam preservar e valorizar a cultura afro-brasileira e lutar pela igualdade de direitos.

Nesta perspectiva, a História social que analisa o período referente ao Brasil pós-abolição, compreende as disputas e dissidências que entrelaçam o processo da abolição da escravatura com o direito à liberdade e cidadania, sobretudo pelas diferentes formas como os negros livres e libertos foram excluídos, pelo Estado brasileiro, do processo de construção e conquista do direito à cidadania, precedendo sua negação à condição de ilegitimidade e abandono.

Sendo assim, seguiu-se um processo de urbanização e ocupação do território e do espaço brasileiro, marcado pela marginalização e segregação espacial da população negra, pois, para aqueles que não compete o reconhecimento da cidadania, foram negadas as políticas de inclusão social, reparações ou suporte do Estado. Portanto, o problema histórico do pós-abolição ainda persiste no seio da democracia atual, onde a pesquisa histórica se faz presente quando aponta para as problematizações desse quadro de segregação e desigualdade, empreendendo esforços na historicização das relações raciais fundamentadas no período da escravidão, cuja negação da cidadania e a forma como as relações raciais no Brasil se desenvolveram a partir de então, afetam diretamente a história contemporânea da população negra do país.

## 1.1 Clubes Sociais Negros como Patrimônio Cultural

Entre os anos de 2001 e 2010 a comunidade acadêmica, ligada aos estudos do tema de clubes sociais negros, realizou diversos levantamentos regionais no país sobre a localização e situação dos clubes em questão. No ano de 2015 o Estado brasileiro representado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Fundação Cultural Palmares (FCP), realizou um levantamento que resultou no mapeamento de mais de 150 clubes sociais negros em todo o território brasileiro<sup>5</sup>. Esta iniciativa foi fruto da luta e insistência de várias organizações e lideranças ligadas à manutenção e preservação da história e memória desses espaços.

A tabela 1, intitulada "Clubes no site de Clubes Sociais Negros e clubes localizados pelo Iphan", apresenta uma relação detalhada dos clubes sociais negros identificados através do portal oficial de Clubes Sociais Negros e por meio de pesquisas realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

UF	Total de clubes no site	Clubes não localizados pelo Iphan	Clubes localizados pelo Iphan
AC	1	1	0
MG	4	2	2
PR	1	0	1
RJ	2	0	2
RS	57	23	34
SC	13	2	11
SP	25	14	11
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>42</b>	<b>61</b>

Fonte: Mapeamento dos Clubes Sociais Negros (2015).

A Constituição Federal de 1988 elucida questões relativas ao direito de proteção do Patrimônio Cultural do Brasil, no seu capítulo terceiro, que trata da educação, cultura e desporto, destaca no artigo 216 o conceito de patrimônio cultural e define os tipos de bens que são considerados parte desse patrimônio, estabelecendo que tanto bens materiais, como

---

<sup>5</sup> BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Brasil: Análise e Sistematização de Informações, 2015.

objetos e edificações, quanto bens imateriais, como a música, a dança e a linguagem, podem ser reivindicados como patrimônio cultural, baseado no seu valor social, cultural, histórico, artístico, antropológico entre outros.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, cap. 3, art. 216).

As definições sobre patrimônio apresentadas na Constituição Federal de 1988 serviram de base para apropriação dos debates posteriores que vieram a ser fundamentados na luta pelo reconhecimento dos clubes sociais negros do país como patrimônios culturais, baseando-se na perspectiva de que esses clubes são locais de salvaguarda de vários tipos de manifestações culturais, sendo dever do Estado prover sua legitimação e reconhecimento como parte do patrimônio coletivo do país.

A partir dos anos de 2001, a comissão nacional de clubes sociais negros, criada no primeiro encontro nacional de clubes e sociedades negras passaram a se organizar em prol de interesses em comum, para a conquista do reconhecimento oficial dos clubes como patrimônio pelas autoridades competentes. Em treze de maio de 2009, representantes dos clubes sociais negros do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, encaminharam ao IPHAN, um pedido feito em colaboração com a historiadora Giane Vargas Escobar, para mapear os clubes sociais e inclui-los nos sistemas de catalogação do Estado, no “Livro de Registro dos Lugares de Memória”, como parte do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil<sup>6</sup>.

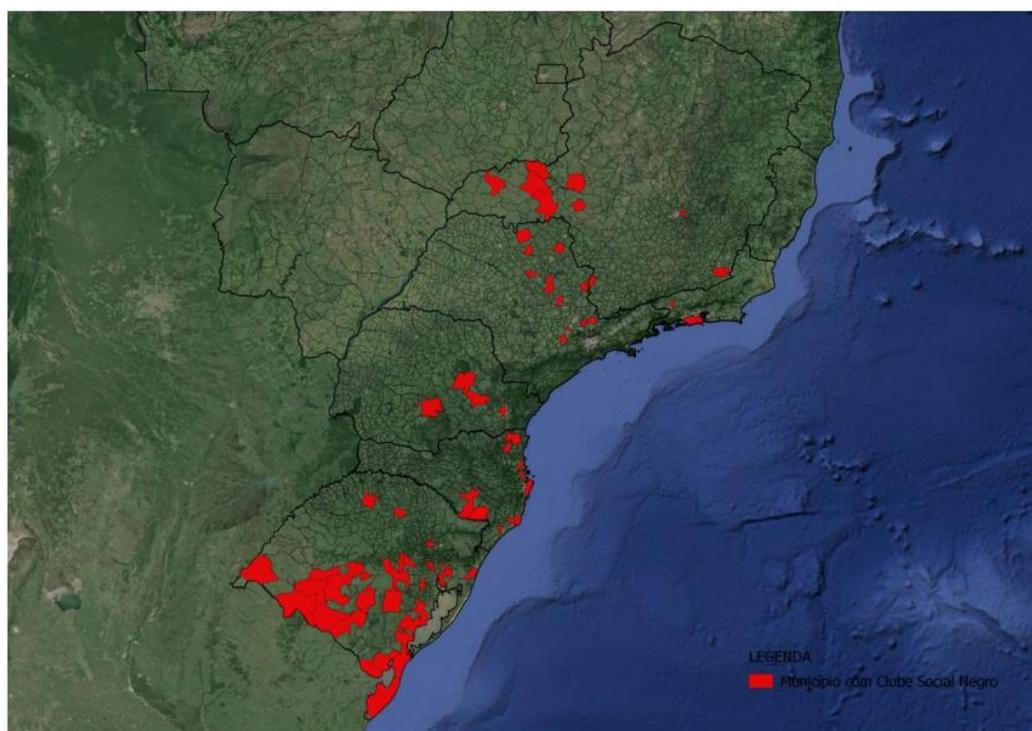
Este mapeamento foi publicado no ano de 2015, sua metodologia se baseou na identificação de entrevistas com representantes, identificação e histórico do clube, situação atual do clube e contexto de aplicação de questionário sobre uma série de questões relativas a situação atual e perspectivas futuras, o trabalho foi um esforço coletivo entre vários pesquisadores e colaboradores do IPHAN, as produções compiladas por Alessandra Rodrigues Lima e Guilherme Carvalho da Silva, se tornaram fundamentais para a

---

<sup>6</sup> DECRETO N. 3.551/2000, 04 de agosto de 2000. Institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

compreensão dos desafios enfrentados por esses clubes e pela comunidade envolvida, sobretudo quando atenta para a quantidade de clubes sociais negros em território brasileiro e as condições precárias em que se encontram atualmente.

A imagem 1 - apresenta a territorialização dos clubes sociais negros localizados nas regiões sul e sudeste do Brasil, destacando a distribuição geográfica dessas entidades ao longo do território.



Fonte: Mapeamento dos Clubes Sociais Negros (2015).

De acordo com BRAGA (2019), a inserção desses clubes pelo IPHAN na categoria “Lugar” lhes garante uma concepção mais condizente com sua real função social, de existirem enquanto espaços de socialização para a comunidade negra, não sendo limitados apenas a percepção de um lugar físico, mas sim, a concepções mais abrangentes, capazes de incorporar lugares antropológicos, históricos e geográficos.

Os Clubes Sociais Negros não são sacros, nem tem arquitetura considerada significativa. Seu “valor” está em existir como indício de uma história não contada, um rastro de práticas de segregação racial não admitidas num estado acostumado a se ver como branco, formado por etnias europeias que também construíram seus “quadrados”, sempre exaltadas na formação do Estado. Enquanto os quilombos eram os lugares de foragidos no meio rural, os clubes foram os lugares dos libertos desejantes de inserção social. (BRAGA, 2019, p. 16).

Nesse sentido, de pensar a problemática dos lugares de memória, o historiador Pierre

Nora (1993) traz uma importante contribuição, primeiramente, por meio da distinção entre dois termos, a história e a memória. Para ele, a história é algo racional, crítica e analítica, onde é cabível sua observação a partir do distanciamento e imparcialidade entre o sujeito observador e o objeto observado; enquanto a memória, é algo subjetivo, que só pode ser compreendido a partir da relação íntima que se estabelece entre o grupo, ou indivíduo, e a memória, desta forma, seu estudo é um fenômeno vivido, imediato e profundamente enraizado na experiência coletiva de grupos sociais.

Por isso, a obra de Pierre Nora é tão importante, porque garante a fundamentação teórica para a análise metodológica de um objeto que, por sua inerente subjetividade, tende a ser tendencioso e, requer do observador, a compreensão de que o estudo da memória de um grupo, sobre um lugar, parte primeiramente das considerações, marcos, lembranças e esquecimentos que este grupo produz sobre esse espaço e respectivamente sobre uma parte de sua própria biografia.

O estudo dos lugares encontra-se, assim, na encruzilhada de dois movimentos que lhe dão seu lugar e seu sentido: de um lado um movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo da história sobre si mesma, de outro lado, um movimento propriamente histórico, o fim de uma tradição de memória. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993, p. 12-13).

Assim como acontece no Palmeira Clube, as representações da memória sobre um determinado lugar, são carregadas de imprecisão, a memória é seletiva e parcial, está ligada a lugares, eventos ou figuras simbólicas que têm um significado especial para uma comunidade. Ela não busca a objetividade ou a abrangência, pelo contrário, a memória é fragmentada e muitas vezes se concentra em aspectos específicos que são considerados importantes ou representativos para o grupo.

Essa característica subjetiva do estudo da memória é aplicável ao Palmeira Clube, quando se considera a memória sobre um fenômeno específico enfrentado pelo Clube, que é o de sua interdição judicial no ano de 2014, os membros da diretoria de 1991 e 1992, ao serem questionados sobre as possíveis causas da interdição do Clube pela justiça, apresentaram diferentes opiniões, e relembram de fatos distintos sobre o mesmo período, indicando diferentes causas prováveis para o fechamento do Clube.

Segundo o presidente da diretoria, Ismael Barbosa, os problemas enfrentados pelo

Clube se deram pelo aumento das fiscalizações de segurança em ambientes festivos, por conta da pressão popular sobre a falta de diligência do Estado e das autoridades no acidente da boate *Kiss*<sup>7</sup>, de repercussão nacional, ocorrido um ano antes da interdição do Palmeira Clube e pelas reclamações recorrentes dos residentes próximos a agremiação. Para ele, a ineficiência em adequar as instalações do Clube às normas e padrões de segurança e isolamento acústico, exigidos pela legislação brasileira, causaram a sua interdição:

Nós tivemos uma pandemia agora recentemente, mas antes da pandemia nós tivemos a boate Kiss, que exigiu dos clubes, eu penso, e das autoridades militares e civis, o maior rigor da lei. Não que eles quiseram, judiar deste ou daquele ambiente festivo. Eles foram obrigados, de certa forma, pelo próprio rigor da lei e por aquilo que eles responderam diante da Boate Kiss.

[...] Mas então, lá (no entorno da sede do clube) a população foi chegando, inclusive eu que nasci lá também (nas imediações do Palmeira Clube na av. 23 c/ 40), os outros também foram chegando. E aí vem doente, “o barulho tá demais, acaba com isso aí.” Então você tem que corrigir essas coisas todas, entendeu? Como não houve tempo hábil, de acordo com a exigência da lei, não houve outra saída a não ser interditar. E com interdição veio essa situação (apropriação do imóvel por dependentes químicos e população em situação de rua). E historicamente, por falta de sorte, assim eu penso, é que o Palmeira está na situação que está hoje.

Para a diretora cultural, Maria José da Silva, a ruptura de ideologia entre antigos e novos membros sobre como lidar com os problemas do Clube, como este da interdição, proporcionou a desarticulação entre os antigos associados e a nova diretoria composta por membros mais jovens, o que resultou na irresolução da questão:

Eu acredito que o Clube veio de uma tradição, e naquela época, a juventude estava vindo tendo oportunidade, porque a juventude começava a dizer que o Clube só era governado pela madureza (membros de idade avançada que regularmente compunham a diretoria) e precisava da juventude, só que a madureza, que sempre lutou pelo Palmeira Clube e deu todo esse respaldo, passou pra mão da juventude, [...] Eles excluíram a madureza, a madureza afastou, a juventude não estava preparada, a hora do primeiro fracasso do Palmeiras (intimação da justiça para adequação do salão de festas), abandonou tudo. E agora você precisa da madureza voltar, unir com a juventude, para poder levantar o Clube.

A ruptura com os membros da “madureza”, aparece também como ponto de interseção

---

<sup>7</sup> Em editorial para a Revista Brasileira de Cirurgia Plástica, o chefe do departamento de Cirurgia do Hospital de Beirute no Líbano, Bishara Atiyeh, declara: O incêndio que tomou conta da boate Kiss durante uma festa de jovens em Santa Maria, uma cidade universitária com 260 mil habitantes no Rio Grande do Sul, resultou em uma enorme tragédia. Estima-se que a boate, cuja área de 615 m<sup>2</sup> tenha capacidade para menos de 700 pessoas, porém, estava lotada, com aproximadamente 1.200 a 1.300 pessoas. Duzentos e trinta e seis jovens foram mortos e outros 169 foram hospitalizados por inalação de fumaça e queimaduras. A maioria dos mortos foi constituída de estudantes universitários, entre 18 e 21 anos de idade. Os dados indicam que esse é o desastre causado por incêndio em boate com o maior número de mortes em mais de uma década. (ATIYEH, 2013, p. 502).

com a questão da ancestralidade, fundamental nas relações que se constituem em espaços de tradição e saberes da cultura afrobrasileira. Nesse sentido, a ancestralidade é vista como uma fonte de conhecimento e experiência que não deve ser subestimada, a união entre as gerações mais jovens e maduras é crucial para manter vivos os legados culturais e comunitários, especialmente em instituições como o Palmeira Clube, que foram historicamente espaços de resistência e afirmação da identidade negra.

De acordo com o filósofo Sérgio São Bernardo (2018).

A Ancestralidade surge como uma categoria de inclusão, entendendo a “inclusão como aquele espaço difuso onde se aloja a diversidade”. A ancestralidade é, portanto, uma categoria de alteridade, posto que se referênciamos no local de relação, ou seja, do encontro da diferença [...] A ancestralidade consiste na produção de memória. As civilizações se reivindicam a partir dos passados feitos e refeitos à luz do presente e da presença. (BERNARDO, 2018, p. 232).

Segundo Ismael, a diretoria foi incapaz de se adaptar às exigências legais de segurança e isolamento acústico a tempo, o que resultou na sua interdição, para ele, a situação do Clube é fruto de circunstâncias externas e de um certo "azar", contextualizado pela situação da boate *Kiss*, ao invés de falhas internas na gestão. Por outro lado, Maria José, coloca ênfase em problemas internos de governança, especialmente na transição de poder entre gerações dentro do Clube. Ela acredita que a desarticulação entre os antigos membros, mais experientes e a nova diretoria, mais jovem, foi um fator crucial para a irresolução dos problemas. Para ela, a juventude, embora necessária, não estava preparada para lidar com as responsabilidades da gestão do Clube, o que resultou no abandono do projeto após o primeiro desafio.

Tanto a interdição quanto a depredação do patrimônio físico que o Palmeira Clube sofreu nos últimos anos, se assemelha em muito à situação de vários outros clubes sociais negros por todo o Brasil, os pedidos de registro para que sejam tombados como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo IPHAN, assegura aos clubes as condições legais para se resguardarem judicialmente e confere a estes lugares de memórias, manifestações e performances, a condição de monumento, mesmo àqueles que não estejam sendo ocupados e em funcionamento, sua função enquanto um “lugar” de manifestação e ocupação do negro ainda persiste na historicização e patrimonialização local, por isso, se dá a importância das mobilizações em prol de seu reconhecimento, guarda e preservação.

## **1.2 Palmeira Clube – um “lugar de memória”**

O Palmeira Clube, enquanto “Lugar” antropológico, histórico e social, já existia desde a década de 1920, onde membros da comunidade negra se reuniam em galpões de processamento de grãos, barracões improvisados e posteriormente em um espaço alugado, sediado na avenida 19 entre as ruas 22 e 24, com o nome de Casa Clube, sendo este, o primeiro espaço da organização que posteriormente viria a se tornar o Palmeira Clube.<sup>8</sup>

Ao ser questionada sobre suas primeiras memórias e experiências com o Palmeira Clube, Luzia Eterna Ribeiro, diretora social da chapa “Liberdade” que presidiu o Palmeira Clube entre 1991 e 1992, responde:

A história se faz dessa maneira. [...] naquela época é que os negros trabalhavam, trabalhavam e nos fins de semana se encontravam, desciam muito bem-vestidos, mas não tinham local onde eles pudessem comemorar as festividades, a sua dança e naquela época o preconceito era muito grande porque ainda não era permitido o negro entrar nos mesmos espaços, nos carros, nos clubes dos brancos, então o preconceito era muito grande. [...] esse espaço, que foi o primeiro clube ali na 19 com a 24 e a 22. [...] Era o Clube Palmeiras, clube que a gente conheceu até essa data aí, dessa data de 45 (1945).

(...) Eu ia escondida, saía mais cedo e ia... tinha cerca de 15 anos, porque tinha um casamento que eu fui, só que eu era alta, esguia, aí eu entrei, então foi um casal de pessoas, foi o primeiro baile que eu assisti, mas com mentira né... que eu não tinha idade.

O relato de Luzia Eterna Ribeiro, apresenta um recorte sobre a vida social da comunidade negra de Ituiutaba em meados do século XX, ela reflete a realidade enfrentada pelos negros, que, mesmo após a abolição da escravidão, continuaram a enfrentar barreiras significativas para acessar espaços públicos e sociais, reservados ao acesso exclusivo de pessoas brancas, porém, acrescenta que apesar das restrições e do preconceito, a comunidade negra na cidade encontrava formas de preservar sua cultura e celebrar suas tradições.

Deste modo, os primeiros anos de funcionamento do Palmeira Clube são manifestados como um símbolo da resistência cultural e social do povo negro da cidade, observa-se a potencialidade do Clube enquanto espaço de promoção da coletividade e experimentação de atividades recreativas, no oferecimento de um local onde os negros podiam se reunir, dançar, celebrar e afirmar sua identidade, mesmo em uma sociedade que os marginalizava.

A menção de Luzia sobre a sua experiência pessoal, de ir ao Clube escondida e antes

---

<sup>8</sup> Iza Costa, em entrevista com membros fundadores do Clube e associados, realizou uma pesquisa acerca do processo de fundação do Palmeira Clube entre as décadas de 1920 e 1940, além de observar os relatos das lutas e resistências enfrentadas por esses sujeitos, investigando as formas e locais onde eram realizadas as primeiras atividades do Palmeira Clube e sobre como a sociedade tijuicana enxergava e se relacionava com esta comunidade. (Memórias e Histórias de Negros em Ituiutaba nas décadas de 1930/60. Trabalho de monografia defendido em 2011).

da idade permitida, também ressalta a força do desejo de pertencimento e de participar das atividades culturais da sua comunidade, mostrando a relação da juventude com esse espaço, que por muitas vezes, proporcionou encontros amigáveis e amorosos, inclusive namoros e casamentos. Portanto, sua fala se manifesta como um relato da resistência cotidiana da comunidade negra, que, mesmo diante de uma sociedade que os excluía, criou e manteve espaços onde podiam expressar e valorizar sua cultura e identidade.

Durante o processo de urbanização da cidade, o endereço do primeiro Palmeira Clube, na avenida 19, entre as ruas 22 e 24, veio a se tornar uma das principais vias da região central de Ituiutaba, segundo conta a entrevistada Maria José da Silva, cujo pai, Antônio Francisco Silva, e tio, Sebastião Francisco Silva, membros associados ao primeiro Palmeira Clube, contam que a insatisfação da população de Ituiutaba com as atividades do Clube, em uma via de urbanização cada vez mais ocupada por pessoas brancas, motivou a saída dos membros em busca de um outro local. Sebastião Francisco, articulou negociações para que a prefeitura de Ituiutaba cedesse um novo terreno para a construção de uma sede própria para o Palmeira Clube.

A imagem 2 - apresenta a localização aproximada da primeira sede do Palmeira Clube na avenida 19, na cidade de Ituiutaba, ao centro, a igreja matriz, na rua 7, a frente à praça central.



Fonte: Portal Ituiutaba (1941).

Sob a administração do prefeito José Arcênio de Paula e do vice-prefeito Rodolfo

Leite de Oliveira, ambos do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, eleitos em janeiro de 1963, pouco antes de deixarem o cargo, por conta das conturbações políticas promovidas pelo golpe da ditadura civil-militar de 1964, foi cedido pela prefeitura um terreno para construção do Palmeira Clube, situado na rua 30 com a 25, onde hoje, consiste o circuito de edificações da praça Treze de Maio, Igreja São Benedito e a Fundação Zumbi dos Palmares. Segundo Maria José da Silva:

[...] logo depois veio esse Rodolfo Leite, que cedeu a praça Treze de Maio, e eles mantinham uma boa afinidade, tanto esse José Arcênio quanto meu tio Sebastião Francisco, e ele então, solicitou um espaço maior para o Palmeira Clube que era essa praça, Treze de Maio. [...] o pessoal já não aceitava mais tanto barulho, quanto tinha lá na 19, né... então foi cedido. Mas o tempo passou, esse prefeito aqui (apontando para a lista de prefeitos da cidade consultada no site Wikipedia), Geraldo Gouveia eu lembro também que ajudou muito os negros dessa cidade, o Samir Tannús, que também ajudou bastante, mas não ajudou a construir o Clube, e em 1970, eles ofereceram para o Palmeira Clube, já na época do Samir Tannús e Gerson Abrão, depois de vários terrenos oferecidos, pela cidade, ele conseguiu, para que mudasse o Palmeira Clube de lugar, o Sebastião que negociou, depois de várias negociações, ele conseguiu esse terreno aqui, que é onde está hoje (av. 23 com 40), já nos anos 70.<sup>9</sup>

Desta forma, houve uma permuta para mudar o local oferecido anteriormente, onde seria construído no terreno da rua 30 com a 25, em que hoje se localiza a praça Treze de Maio, para o local onde a sede do Clube foi de fato construída, na avenida 23 com a rua 40. Segundo aponta Luana Rafael (2018), a partir de 1960, a geografia local de Ituiutaba se reconfigura para a concepção de um novo espaço, as regiões marginais da cidade passam a ser majoritariamente ocupadas pela população negra.

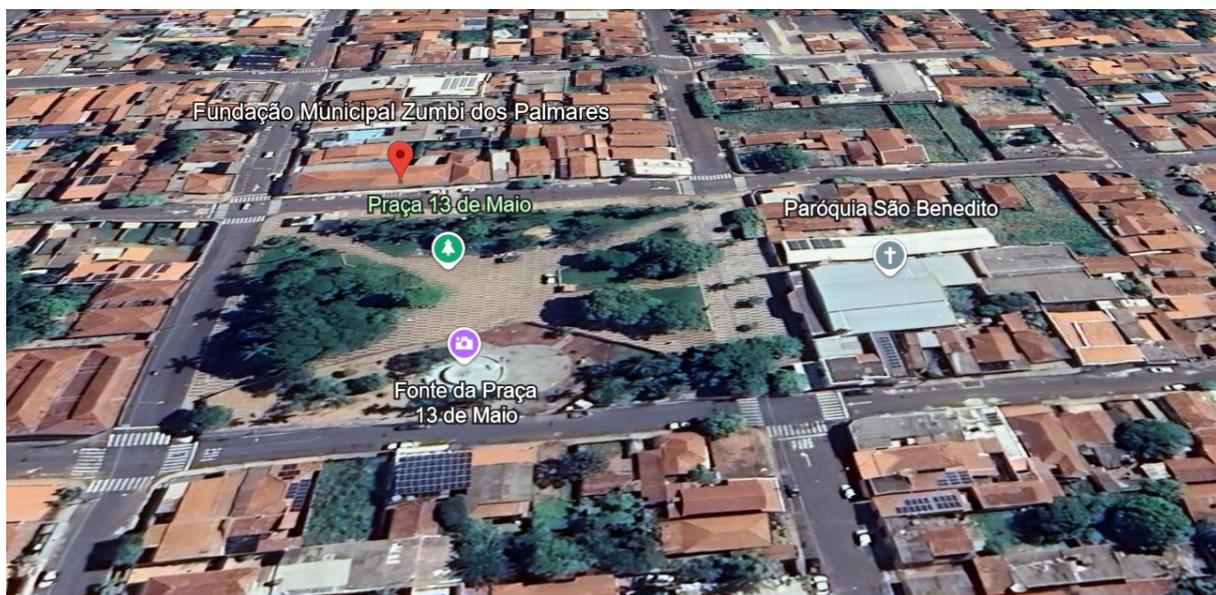
Esse tempo ao qual nos remetemos é a dos loteamentos da região dos terrenos foros às margens do Ribeirão São José, divisa com a fazenda do senhor Alcides Junqueira, configurando-se espacial e socialmente até os dias atuais, a década de 1960, lugar de fácil acesso às populações pobres. O Decreto de número 449, de 29 de dezembro de 1961, que Declara de utilidade a área compreendida entre as ruas 30 e 32 e as avenidas 27 e 29, coincide com a venda da antiga sede do Palmeira Clube, à Avenida 19 entre as ruas 20 e 24, para o senhor Wilter Furtado, registrado no 2º Cartório de Imóveis de Ituiutaba. A transferência da sede do Palmeira Clube para uma quadra às margens do Ribeirão São José (Córrego Sujo). (RAFAEL, 2018, p. 78).

Na imagem 3 - Se destaca a praça Treze de Maio e as edificações próximas, como a Igreja São Benedito e a Fundação Zumbi dos Palmares, a construção da nova sede do Palmeira Clube teria sido realizada nesta área, de acordo com a proposta apresentada entre

---

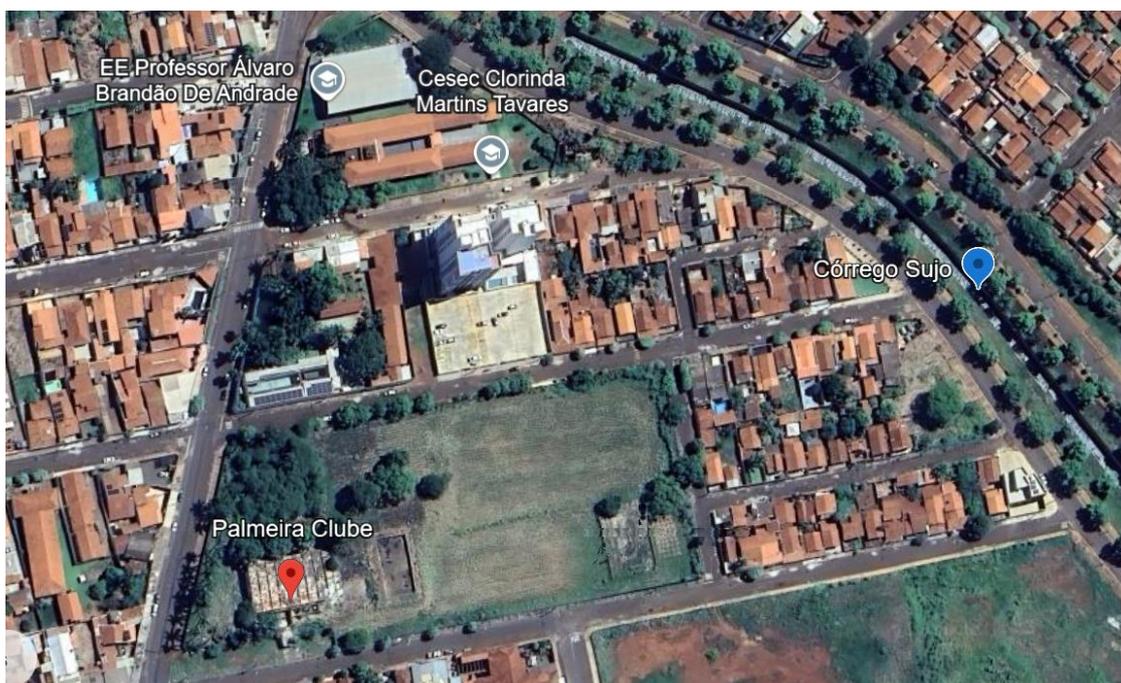
<sup>9</sup> Maria José da Silva, 74 anos, Ituiutaba, professora aposentada, entrevista realizada em setembro de 2023. Maria José foi diretora cultural na administração do Palmeira Clube entre 1991 e 1992.

representantes do Clube e o prefeito da cidade na década de 1960.



Fonte: Google Earth (2024).

A imagem 4 - Apresenta o local onde o Palmeira Clube foi de fato construído, na avenida 23 entre as ruas 38 e 40, às margens do córrego São José, denominada sob a alcunha de “córrego sujo”, canalizado no ano de 1980, apenas no ano de 2008, a obra de fechamento do esgoto foi encerrada.



Fonte: Google Earth (2024).

A expansão urbana que envolvia o loteamento de terras nas margens do Ribeirão São José, se caracteriza pela menor valorização dessas terras em detrimento das áreas centrais, o que atraiu as famílias economicamente desfavorecidas. O decreto nº 449, de 1961, que declara a utilidade pública dessa área, sugere uma tentativa de reconfiguração ou desenvolvimento desse espaço, possivelmente voltado para a urbanização ou projetos que poderiam alterar a dinâmica espacial da região, como de fato ocorreu. Essa ação da prefeitura, que coincide com a venda da sede do Palmeira Clube na avenida 19, evidencia uma mudança significativa no uso do espaço urbano de Ituiutaba e como essa mudança afetou a comunidade negra, a alcunha “Córrego Sujo”, oferece a dimensão da marginalização e falta de saneamento básico dessas novas áreas, que passaram a ser habitadas por esses novos residentes.

A análise do contexto social e espacial revela como o processo de urbanização e as políticas de planejamento urbano frequentemente reforçam as desigualdades sociais, deslocando as populações mais vulneráveis para as margens da cidade. A transferência do Palmeira Clube para uma área marginalizada não só representa um deslocamento físico, mas também simbólico, onde a comunidade negra, em vez de integrar-se ao desenvolvimento urbano, foi segregada ainda mais, excluída dos espaços centrais e valorizados da cidade, pela pressão popular dos novos residentes do centro.

Posteriormente, na sede localizada na avenida 23 com a rua 40, foi promulgada a lei municipal nº 1415 de 28 de abril de 1971, declarando a utilidade pública do Palmeira Clube, reconhecendo oficialmente seu “Lugar”, enquanto entidade prestadora de serviços de interesse coletivo na cidade, sendo assim, houve a partir deste momento, a viabilização do envio de verbas e recursos públicos para os novos empreendimentos do Clube. Em 05 de novembro de 1971, a Lei nº 1474, através da Câmara Municipal de Ituiutaba, sanciona o financiamento de oitenta mil Cruzeiros para a finalização da construção da sede do Palmeira Clube, tendo sido concluída sua reforma e expansão sob a presidência de Antônio Francisco Silva em 29 de julho de 1979.

Fundado no dia 29 de julho de 1945, o Clube foi criado, segundo o art. 2º do Estatuto Social do Palmeira Clube de 1986, com as finalidades de desenvolver atividades relacionadas ao esporte, lazer, turismo e às diversões de caráter social, educacional e cívica. Utilizando o conceito empregado por SILVA (2017), nos estudos sobre as lutas políticas de clubes negros na região Sul do Brasil, para definir a criação desses espaços, ela declara:

[...] os clubes negros são espaços associativos criados a partir do século XIX, sobretudo a partir da década de 1870, por e para pessoas negras – com base em uma ideia de raça – auto identificadas como negras; pretas; morenas; mulatas; da raça de

cor etiópica; de cor; mantidos por associados e associadas, instalados em uma sede física, própria ou não, na qual desenvolviam/desenvolvem atividades sociais – de caráter autodenominado cultural; social; político; bailante/dançante; beneficente; recreativo e/ou carnavalesco – cuja nomeação era/é autoatribuída como club/clube, centro, associação e/ou sociedade e cujo objetivo era/é manter um espaço de convívio social no qual eram/são realizadas festas (SILVA, 2017, p. 148).

O papel fundamental dos clubes negros na formação de uma identidade coletiva e na criação de espaços de resistência cultural e social em um contexto de opressão racial, evidencia sua importância enquanto pontos vitais para a preservação da cultura afro-brasileira e para o fortalecimento da comunidade negra, desempenhando um papel crucial na história e na luta por igualdade racial no Brasil.

O Estatuto Social do Palmeira Clube (1986)<sup>10</sup>, explicita que não há “[...] restrição de cor, sexo, credo religioso ou político e de nacionalidade para membros”, sejam estes, associados ou visitantes, para realização de atividades tradicionais de lazer e festividades, entretanto, observa-se que os demais clubes da cidade como o Jockey Clube e o Ituiutaba Clube adotaram, até meados do século XX, a política de segregar e restringir a entrada e participação de pessoas, baseando-se em seu perfil socioeconômico e racial.

O trabalho de MUNIZ (2014), sobre a “Capital do Arroz”<sup>11</sup> e a memória de seus habitantes entre os anos de 1950 e 1980, observa que o Ituiutaba Clube, como um dos mais antigos espaços de socialização para a população tijuicana, até a década de 1960, impedia a entrada de negros e pobres, através do consentimento da diretoria, como afirmam os membros ouvidos pela pesquisadora: Elza Cunha (2013), relata: “[...] não entravam negros, tinha o Palmeira Clube, que era dos negros, exclusivo deles.”; outro membro do Ituiutaba Clube, Ribeiro (2012), afirma: “[...] era separado, eles frequentavam o clube deles, e a gente frequentava o da gente”; Rodolfo Oliveira (2011), declara: “Só entravam sócios e não podia ser negros e da mesma forma os pobres eram impedidos”. (MUNIZ, 2014, p. 56).

Portanto, conforme os relatos, o Ituiutaba Clube, um dos mais antigos e prestigiados espaços de socialização, explicitamente excluía negros e pessoas pobres de suas atividades, uma prática institucionalizada com o consentimento da diretoria. Essa exclusão evidencia a separação racial e a criação de espaços distintos para brancos e negros na cidade.

---

<sup>10</sup> Capítulo I. Art. 3º do Estatuto Social do Palmeira Clube, publicado em 23 de outubro de 1986.

<sup>11</sup> Durante meados do século XX, a cidade de Ituiutaba foi reconhecida pela alcunha de “Capital do Arroz”, dado o aumento dos investimentos na industrialização, plantio e processamento dessa cultura, de acordo com GIAVARA (2019). “[...] o período de riqueza proporcionado pelo arroz em Ituiutaba, trouxe acesso a vários investimentos de modernização na cidade, como cinemas, livrarias, lojas de roupas e eletrodomésticos. [...] A cidade atraiu milhares de trabalhadores para a agricultura, novos bairros foram abertos e, aos olhos do cidadão comum, a cidade se modernizava. Os jornais locais, empolgados com a euforia econômica, passaram a nomear a cidade como “a Capital do Arroz”. (GIAVARA, 2019, p. 195).

O fato de que os negros tinham seu próprio clube, o Palmeira Clube, indica que, embora fossem excluídos dos espaços mais prestigiados e elitizados da cidade, não deixaram de criar seus próprios ambientes de socialização e resistência. No entanto, a existência de um clube exclusivo para negros também reforça a segregação racial, onde cada grupo frequentava seus próprios espaços, perpetuando essa divisão social.

A memória dessas práticas, conforme apresentada no trabalho de MUNIZ (2014), é crucial para entender como o racismo estrutural<sup>12</sup> se manifestava em ambientes sociais e como isso moldou as relações raciais e a dinâmica social em Ituiutaba, durante o século XX. Essa segregação reforçava a ideia de que certos espaços eram reservados para a população branca, enquanto negros e pobres eram relegados a espaços periféricos ou alternativos, como o Palmeira Clube, o que perpetuava a desigualdade e o preconceito.

---

<sup>12</sup> A concepção de racismo estrutural abordada neste trabalho, remete aos estudos do jurista e ex-ministro dos direitos humanos, Silvio Almeida. Segundo o autor: [...] as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. (ALMEIDA, 2019, p. 33).

## 2. CAPÍTULO II – A oralidade e os arquivos da gestão “Liberdade”

Durante o desenvolvimento do projeto, como mencionado anteriormente, foram realizadas entrevistas temáticas semiestruturadas com membros da diretoria do Clube, são eles Luzia Eterna Ribeiro, diretora social, Maria José da Silva, diretora cultural e Ismael Antônio Barbosa, presidente do Clube durante a administração de 1991 e 1992<sup>13</sup>. Mediante as orientações encontradas nas leituras de Alessandro Portelli, Alistair Thomson, Verena Alberti e outros pesquisadores que contribuem significativamente com o trabalho sobre fontes orais, verificou-se a importância do primeiro contato entre pesquisador e entrevistados, da identificação das condições de poder inerentes a circunstância da entrevista e de estratégias possíveis para acessar temas e memórias possivelmente sensíveis, que muitas vezes são involuntariamente contidos pela mente humana, “[...] não existe uma relação de mão única entre o observador e o observado. O observado também nos observa e nos julga a partir de comportamentos dos quais sequer estamos conscientes.” (PORTELLI, 2016, p. 14).

Como destaca ROVAI (2013), há de se entender a diversidade que se encontra nos espaços de prática da História oral, bem como a posição que o historiador ocupa, diante esse quadro de variáveis possibilidades de análise, coleta e interpretação dos dados obtidos:

Há tantas comunidades de narradores... O que nos falta é a comunidade de conhecimento, disposta a ouvir e entender a importância e a presença do narrador, a compartilhar sua história, a prestar atenção. Nesse sentido, o oralista ganha importância como mediador, podendo colaborar eticamente na ampliação do debate em torno das feridas não curadas e do silenciamento, provocados pela sistemática opressão política e social – é a defesa do direito “à memória e à verdade”, contra o que Paul Ricœur (2007) chamou de “dever do esquecimento”. (ROVAI, 2013, p. 132).

Uma das fontes abordadas para análise do objeto de estudos foram as entrevistas, que procedem a partir de um levantamento biográfico das experiências e do trabalho desempenhado pelos entrevistados na cidade de Ituiutaba, como também a respeito de sua participação no Palmeira Clube. Os três entrevistados selecionados são negros e vozes representativas da comunidade, tanto pela especificidade de seus trabalhos, quanto por sua trajetória biográfica de luta e resistência junto à população negra da cidade. Como já mencionado e apresentados nas considerações iniciais, Luzia Eterna Ribeiro, Maria José da

---

<sup>13</sup> O recorte temporal e documentação analisados neste estudo são referentes a primeira gestão de Ismael Antônio Barbosa, entre os anos de 1991 e 1992, posteriormente, ele concorreu e venceu novamente as eleições para um segundo mandato na presidência da diretoria administrativa do Palmeira Clube no período entre 1999 e 2000.

Silva e Ismael Antônio Barbosa, foram, respectivamente diretora social, diretora cultural e presidente do Palmeira Clube na gestão de 1991 e 1992.

Outra fonte utilizada para análise do objeto de estudos, foi um álbum de memórias organizado pela diretora cultural Maria José da Silva, o documento conta com uma capa dura azul escuro e letras de imprensa douradas, são 74 páginas organizadas por ordem cronológica, a partir da campanha da eleição da chapa em 1991 até sua última reunião para prestação de contas da administração em 1992. Os encartes escolhidos pela diretora são os marcos das realizações dessa gestão durante o tempo em que ocuparam a condução do Clube.

No documento estão presentes mensagens e convites para os bailes organizados pelo Palmeira Clube, telegramas endereçados a deputados, prefeitos e vereadores da região, como forma de estabelecer e manter o contato entre o Clube e a classe política local; recortes de jornais locais relatando acontecimentos do Clube e da comunidade do Palmeira, além de registros fotográficos de eventos do período, como o descerramento da placa de restauração da fachada da sede, inauguração da piscina, quadras de vôlei e peteca, campo de futebol, concursos de beleza, escolas de samba, encontros de rodas de capoeira, *break dance* entre outros gêneros de música e dança.

A primeira análise que se pode empreender sobre o álbum é o porquê de tê-lo elaborado, quais memórias foram selecionadas para serem perpetuadas; observar a montagem do documento e as pessoas relacionadas nesse álbum, que de forma direta ou indireta contribuíram para a construção do clube e do “Lugar” a que se dedica o estudo deste trabalho. É de suma importância, examinar esses atores sociais na constituição de experiências e memórias a partir de uma rede de saberes, observando os documentos presentes no álbum, atentando-se para a intencionalidade de sua criação e dos momentos selecionados para preservação das ações promovidas pela chapa “Liberdade”<sup>14</sup>, eleita em 1990. Através da historicização dessas páginas, é possível empreender esforços para compreender as diferentes formas como o Clube e seus integrantes se organizavam internamente na articulação e participação dessas atividades.

## **2.1 Palmeira Clube: entidade histórica, política e cultural**

---

<sup>14</sup> De acordo com a diretora cultural, Maria José Silva, o nome da chapa “Liberdade”, é uma referência ao samba “Liberdade, Liberdade, Abre as Asas sobre Nós!” composto por Niltinho Tristeza, Preto Jóia, Vicentinho e Jurandir para o carnaval de 1989. No mesmo ano, a escola de samba Imperatriz Leopoldinense do Rio de Janeiro, sagrou-se campeã com este samba enredo.

A imagem abaixo, apresenta o processo de votação por meio de cédulas na urna, na eleição de abril de 1991, disputada entre duas chapas, em destaque na imagem, um dos primeiros associados ao Clube, Sebastião Barbosa de Sousa, pai de Ismael Barbosa, registra seu voto.

Imagem 5- Processo eleitoral das chapas que concorreram à gestão do Palmeira Clube.



Fonte: Acervo Gestão Palmeira Clube (1991).

Após a campanha eleitoral e a vitória da chapa Liberdade, ocorre o primeiro baile promovido pela nova diretoria, na nona página do álbum, apresenta-se um documento de ofício nº 002/91, intitulado “Agradecimento / Convite”. O ofício segue:

Na oportunidade queremos ressaltar, os objetivos propostos em Campanha, faremos o melhor possível para executarmos, proporcionando a todos alegria e prazer, e resgatando a credibilidade em poderem participar de eventos nesta sede que consideramos a nossa casa. Saibam que é com imenso prazer que convidamos-lhes (sic) para o “BAILE DE POSSE” a se realizar no dia 29 de maio, (quarta-feira) às 22:00 hs na sede social. Sua presença dará o brilho e o sucesso da festa. Com estima e consideração agradecemos. Atenciosamente, Ismael Antônio Barbosa, Presidente do Palmeira Clube e Luzia Eterna Ribeiro, Diretora Social.

A mensagem destaca a intenção da diretoria de cumprir as promessas feitas durante a campanha eleitoral, com foco em proporcionar alegria e prazer aos membros e em restaurar a credibilidade do Clube como um espaço de convivência e eventos. A formalidade e o tom otimista do convite para o Baile de Posse enfatizam a importância do evento como um marco inicial da nova gestão, simbolizando a renovação e o compromisso da diretoria com a

comunidade do Clube. O convite também sugere uma intenção de construir um ambiente acolhedor e de pertencimento, ao referir-se à sede do Clube como "nossa casa". A presença dos convidados é considerada essencial para o sucesso da festa, o que demonstra um desejo de engajar ativamente os membros e fortalecer os laços dentro do Clube.

Assim como relata Ismael, em sua entrevista, o primeiro baile promovido pela diretoria se torna marcante, não somente pela festividade em si, mas pelo engajamento da comunidade na promoção e participação dos eventos oferecidos pelo Clube, neste momento, também é possível observar um aumento da heterogeneidade racial entre os membros e sócios do Palmeira Clube, medida iniciada pelas diretorias antecessoras, desde a década de 1980.

Considerando o quadro de segregação racial observado na distinção entre frequentadores do Palmeira Clube e outros clubes recreativos da cidade como o Jockey Clube e o Ituiutaba Clube, desde a década de 1960, quando o Palmeira era um espaço estigmatizado, gradualmente a participação de pessoas brancas aumentou em função das políticas internas registradas no Estatuto Social, voltadas para esforços de inclusão de raça, gênero e sexo que contribuíram para a entrada de novos sócios e crescimento da agremiação.

Ao ser questionado sobre os motivos que levaram Ismael Barbosa a se candidatar à presidência do Palmeira Clube, ele declara:

A minha proposta, primeira coisa que eu vi na época, a minha idade, 23... 24 anos, foi no primeiro baile que eu fiz. Eu entrei meio que sem rumo, entrei apenas no entusiasmo de ser presidente. Mas no primeiro baile, ouvindo as pessoas, porque sozinho, como eu disse, ninguém faz nada. Mas ouvindo um e outro, um falou:

- Palmeira ficou pequeno, Barbosa, mas o que é isso que você fez? Você tornou o Palmeira um lugar pequeno. (se referindo ao fato de o salão de festas ter atingido o limite de pessoas permitidas).

Uma banda de lá e outra de cá. Uma parava, a outra começava. Nem um segundo depois, outro estilo de lá e a outra de cá, lá ia das onze às seis da manhã, eu nunca vi um negócio desse na minha vida. E deixava 240 pessoas de fora. Eu disse, então, a gente tem que colocar elas pra dentro, ué. Tem que crescer o Clube, hein. Isso não vai ser uma vez só, quem sabe nós faremos uma segunda, décima, cinquenta vezes isso. Então, eu tinha na mente que a gente tinha que crescer o clube no aspecto físico, igual se cresce uma casa.

A declaração de Ismael sobre sua motivação para se candidatar à presidência do Palmeira Clube revela um misto de entusiasmo juvenil e visão estratégica, que se desenvolveu a partir de sua experiência inicial na liderança. Ao receber *feedback* positivo e perceber que o salão de festas atingiu sua capacidade máxima, Ismael foi instigado a refletir sobre o potencial do Clube e a necessidade de expansão. A fala de um convidado, que comentou como o Palmeira Clube havia se tornado "pequeno" diante do sucesso do evento, parece ter sido um

ponto de virada, que o levou a desenvolver a ideia de que o Clube precisava crescer fisicamente, a declaração de Ismael mostra como a prática e a resposta da comunidade influenciaram sua visão de liderança, transformando um começo despretensioso em uma determinação de crescimento e desenvolvimento contínuo para o Palmeira Clube.

Ao decorrer dos eventos promovidos pelo Clube, eram recorrentes os gêneros musicais mais populares da década de 1990, como o *funk*, samba, pagode e sertanejo raiz, a leitura interpretativa que se empreende sobre este aspecto, é que através da promoção da escuta dessa arte e dos momentos de lazer promovidos neste espaço, se produzia uma forma específica de associativismo, que culminava em processos de identificação, organização e resistência da comunidade negra de Ituiutaba.

Segundo HALL (2003), “[...] a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma ‘arqueologia’. A cultura é uma produção. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições”, para ele, a cultura não é uma busca por vestígios estáticos, mas sim algo que está em constante construção e transformação, por isso, a cultura se inscreve em um espaço onde são criados e disseminados sentidos que constituem a identidade das pessoas, dos grupos e das sociedades. Mais do que simples manifestações artísticas ou tradições, a cultura envolve práticas, discursos e representações que refletem e moldam as relações de poder, as disputas ideológicas e as experiências cotidianas.

Através de um processo de revisitação das tradições festivas e produção de novas formas de celebração, o Palmeira Clube conseguiu firmar ao longo de seu tempo de existência, uma certa “identidade palmeirense”, atribuída, dentre uma variedade imensa de memórias e experiências, aos espaços e momentos de lazer que se consagraram na memória e na história dessa comunidade, como é relatado por Ismael, nas impressões deixadas pelo primeiro baile de posse da chapa Liberdade em 1991.

A imagem abaixo, apresenta um dos eventos culturais realizados no salão do Palmeira Clube, o grupo de capoeira utilizava o espaço para realização das rodas em parceria com a diretoria. Não havia associação direta entre o grupo de capoeira e o Palmeira Clube, mas a administração cedia o espaço para realização de eventos de cunho cultural para desenvolvimento de atividades de música e dança promovidos por outras entidades, proporcionalmente, beneficiava a comunidade e associados ao oferecer um espaço para realização dessas manifestações.

Imagem 6 - Roda de capoeira realizada no Palmeira Clube.



Fonte: Acervo Gestão do Palmeira Clube (1991).

Assim como muitos outros clubes sociais negros no país, a realização de bailes, campeonatos esportivos, concursos de beleza, shows e serenatas eram estratégias comuns para que fosse possível arrecadar recursos para manutenção, preservação e investimentos no Clube, considerando que não havia previsibilidade sobre o tempo ou valor das verbas públicas a ele destinadas. O associativismo da comunidade em prol de desenvolver atividades rentáveis ao Palmeira, garantiam também a capacidade de manter todos os seus sócios na condição de remidos, ou seja, a titularidade de sócio do Palmeira Clube era gratuita à todos que a detinham, mesmo que o Estatuto de 1986 esclarecesse, na seção II “Da diretoria” capítulo III “Da direção social”, que cabia aos diretores fixar os valores de mensalidade referentes aos sócios não remidos, neste período, o Clube já havia adotado uma política comum de ceder títulos apenas na qualidade de sócios não pagantes.

Desta forma, a rentabilidade financeira do Palmeira Clube foi diretamente afetada por uma combinação de fatores estruturais e decisões administrativas que, a longo prazo, comprometeram sua sustentabilidade econômica, a disponibilidade irregular de verbas públicas e as atividades festivas promovidas pelo Clube como os bailes, campeonatos esportivos, concursos de beleza e shows estavam sujeitas à imprevisibilidade de bilheteria.

A ausência de uma fonte estável de financiamento foi agravada pela decisão do Clube de manter todos os sócios na condição de remidos, ou seja, isentos de pagamento de mensalidades, mesmo quando o Estatuto permitia a cobrança de taxas para sócios não

remidos. Essa política de ceder títulos de sócios sem exigir contribuições financeiras pode ter sido pensada para garantir o acesso amplo da comunidade ao Clube, mas, ao longo do tempo, criou uma dependência excessiva de fontes de renda externas e temporárias, como eventos e apoio do poder público.

A opção de manter uma política de sócios não pagantes, ainda que provavelmente popular entre os frequentadores, limitou as possibilidades de investimento em infraestrutura e reformas necessárias para o Clube se adequar às novas exigências legais e manter suas instalações atrativas. Dependendo exclusivamente das bilheterias e de recursos públicos, o Palmeira ficou vulnerável a oscilações econômicas e políticas, o que tornou difícil realizar investimentos estruturais, realizar manutenções de longo prazo ou responder às demandas por modernização.

A decisão de não cobrar mensalidades, mesmo com a previsão estatutária de que isso poderia ser feito, pode ter sido vista como uma estratégia populista que garantiu o apoio imediato, mas comprometeu a capacidade do clube de se manter financeiramente viável no longo prazo. Portanto, essa política, combinada com a imprevisibilidade das fontes de renda, certamente contribuiu para a decadência e dificuldades financeiras do Palmeira Clube.

A realização de eventos e bailes temáticos também foi mobilizada pelos membros do Clube como uma oportunidade para estreitar as relações com a classe política da região, como evidencia os documentos relacionados no álbum, como o convite para o descerramento da placa de criação e instalação do Palmeira Clube, endereçado ao presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba, Guilherme Franco Junqueira, na data de 16 de julho de 1991, com os seguintes dizeres:

Cientes de sua decisão aberta e democrática, agradecemos antecipadamente, decisão em participar do evento, descerramento da Nova Placa de Criação e Instalação do Palmeira Clube, homenageando conseqüentemente o Dr. Camilo Chaves Júnior, sugerimos pronunciamento esclarecendo comunidade, sobre “Conquistas Sociais da Lei Orgânica, já executadas e perspectivas de avanço”, que muito contribuirá para alcançarmos o objetivo deste evento que pretende conferir a comunidade conceitos básicos para real conquista de sua cidadania.

Com expressões de apreço e consideração. Atenciosamente. Maria José Silva, diretora cultural e Ismael Antônio Barbosa, presidente. (Álbum de recordações do Palmeira Clube, p. 18).

A linguagem utilizada é formal e demonstra uma clara preocupação em conectar o evento com questões mais amplas de cidadania e participação social. Ao sugerir um pronunciamento que esclareça a comunidade sobre os avanços sociais proporcionados pela Lei Orgânica, os autores do ofício, Maria José Silva e Ismael Barbosa, expressam o desejo de

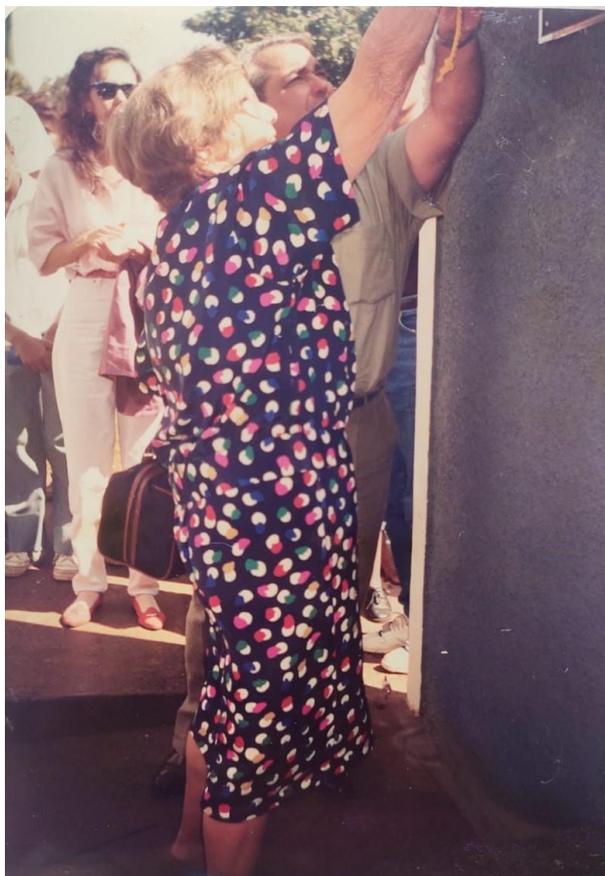
que o evento não seja apenas uma celebração, mas também uma oportunidade educativa e informativa.

A homenagem ao 5º prefeito de Ituiutaba, Camilo Chaves Júnior, nomeado pelo Governador de Estado de Minas Gerais, cujo primeiro mandato perdurou entre fevereiro de 1945 a novembro de 1945, data que coincide com a fundação do Palmeira Clube e marca, desde o início de sua criação, a aliança do Clube junto ao poder executivo municipal, demonstra o interesse de diversas diretorias ao longo do tempo em estabelecer vínculos entre o Palmeira a política local, ao associar historicamente a fundação do Clube com o mandato de Camilo Chaves Júnior, a diretoria incide diretamente na influência que esta família preservou ao longo de várias décadas na política de Ituiutaba, tendo sido, seu filho, Públio Chaves eleito por três vezes prefeito da cidade, e tendo a reafirmação desse vínculo realizada cinquenta anos depois, por ocasião da homenagem prestada a Camilo Chaves Júnior e sua família durante a cerimônia de descerramento da placa de inauguração das novas dependências do Clube.

O trecho final do convite expressado pelos dizeres, “[...] muito contribuirá para alcançarmos o objetivo deste evento que pretende conferir a comunidade conceitos básicos para real conquista de sua cidadania”, também pode ser um ponto chave para compreender o apelo que a diretoria do Clube fazia às políticas públicas culturais em relação ao desenvolvimento de um processo cívico e cidadão para seus membros, o pedido de fala sobre a publicação da Lei orgânica, dando ênfase à conquista de direitos básicos através do acesso à cultura, também reafirmam o compromisso que se estabelece, de que essas atividades culturais empreendidas, tinham em sua finalidade, o apreço pela conscientização dos direitos à cidadania daqueles que participaram da cerimônia. Mas também demonstra a preocupação de manter uma relação próxima com os dirigentes municipais, uma vez que o Clube dependia do financiamento público para sustentação de suas iniciativas e efetivação de seus objetivos sociais e culturais.

A imagem abaixo, apresenta a cerimônia de descerramento da placa de inauguração do Palmeira Clube, realizada em 1991, na imagem estão destacados familiares do homenageado Camilo Chaves Júnior, sua esposa, Juraci Furtado Chaves e seu filho, Camilo Chaves Neto.

Imagem 7 - Cerimônia de descerramento da placa de inauguração do Palmeira Clube.



Fonte: Acervo Gestão do Palmeira Clube (1991).

A diretoria do presidente Ismael Barbosa, como demonstram os documentos, foi marcada pela participação ativa de vários membros da política local, de acordo com as fotografias do álbum, sua profissão de radialista e comunicador em eventos da prefeitura, o aproximaram de muitas figuras públicas que ocupavam o poder naquele período, como o deputado federal Romel Anísio Jorge<sup>15</sup>, o prefeito Gilberto Severino<sup>16</sup>, João Batista Arantes<sup>17</sup>, Públio Chaves<sup>18</sup>, dentre vários outros vereadores e ex-prefeitos da cidade.

---

<sup>15</sup> Romel Anísio Jorge, foi eleito vereador do município de Ituiutaba pela primeira vez em 1971, em 1983 foi eleito prefeito do município de Ituiutaba, em 1978 foi eleito deputado estadual de Minas Gerais e entre 1991 e 2007 foi eleito deputado federal por Minas Gerais.

<sup>16</sup> Gilberto Severino, foi eleito 22º prefeito de Ituiutaba para o mandato entre janeiro de 1989 a dezembro de 1992.

<sup>17</sup> João Batista Arantes, foi eleito 23º prefeito de Ituiutaba para o mandato entre janeiro de 1993 a dezembro de 1996.

<sup>18</sup> Públio Chaves, além de neto do homenageado na ocasião, Camilo Chaves Júnior, foi eleito 24º prefeito de Ituiutaba durante três mandatos, o primeiro entre janeiro de 1997 a dezembro de 2000, o segundo entre janeiro de 2001 a dezembro de 2004 e o terceiro entre janeiro de 2009 a março de 2010, quando se afastou do cargo por motivos de saúde.

Essa relação entre a diretoria do Palmeira Clube e a classe política local não só fortaleceu a influência do Clube na comunidade, mas também facilitou o engajamento em iniciativas sociais e culturais, ampliando o alcance das atividades do Clube e consolidando seu papel como um importante ponto de convergência entre a política e a sociedade civil de Ituiutaba.

Esta outra imagem, apresenta a mesa de convidados da cerimônia, estão presentes na ocasião, familiares do homenageado Camilo Chaves Júnior, o então prefeito de Ituiutaba, Gilberto Severino, o deputado federal Romel Anísio Jorge, vereadores de Ituiutaba e lideranças da comunidade negra, além da diretoria do Palmeira Clube.

Imagem 8 - Convidados para cerimônia de descerramento da placa de inauguração do Palmeira Clube.



Fonte: Acervo Gestão do Palmeira Clube (1991).

Outro convite para o evento do descerramento da placa de instalação do Palmeira Clube, endereçado ao representante do conselho curador da Fundação Zumbi dos Palmares, Rui Costa, também chama a atenção para a mensagem endereçada junto ao texto, segue o documento de 16 de julho de 1991.

Considerando sua participação ativa no contexto cultural, social e político deste Município, reforçamos, o convite para descerramento da nova placa de criação e instalação do Palmeira Clube, dia 21.07.91, às 9 horas (domingo) no Palmeira Clube, com pronunciamento referente ao “**Negro e Consciência Eleitoral**”, que muito contribuirá para o objetivo que pretendemos alcançar, de conferir a comunidade conceitos básicos para real conquista de sua cidadania. Para tanto, ficaremos também agradecidos se concordar em entregar ao primeiro Vereador representante desta comunidade o Sr. Sebastião Francisco Silva (Satiro), um cartão de prata.<sup>19</sup>

O representante da Fundação Zumbi dos Palmares, Rui Costa, foi uma das lideranças proeminentes do movimento negro na região do Triângulo Mineiro, sua presença e solicitação de que lhe fosse proferido em discurso sobre o assunto, “Negro e Consciência Eleitoral”, também concerne à comunidade e ao Palmeira Clube, o sentido de um “Lugar”, capaz de congrega festividades, política e de consciência social. Além disso, a homenagem ao ex-vereador e ex-presidente do Palmeira Clube, Sebastião Francisco Silva, representam a valorização que estes, concediam a membros da comunidade que se tornaram expressivos em cargos públicos como é o caso de Sebastião, e mantiveram o compromisso de representar o Palmeira e a comunidade negra na câmara municipal e em outras instâncias as quais compete o poder público.

A escolha desse tema pode refletir a sensibilidade da diretoria do Palmeira Clube às questões de inclusão e representatividade, reconhecendo a importância de envolver a comunidade negra no processo de construção da cidadania. Além disso, a proposta de que Rui Costa entregasse um cartão de prata ao vereador Sebastião Francisco Silva (Satiro), o primeiro representante da comunidade negra na câmara municipal, destaca o desejo de valorizar às conquistas políticas da comunidade e de reconhecer formalmente sua contribuição para o desenvolvimento social e político do município.

Ao abordar temas como a consciência eleitoral e a cidadania, o convite também sublinha a responsabilidade do Clube em fomentar discussões que transcendam o espaço festivo, envolvendo questões que impactam diretamente a vida política e social dos cidadãos.

O texto do discurso proferido na ocasião do descerramento da placa de instalação do Palmeira Clube é mais um documento que pode demonstrar as formas como essa relação se estabelecia durante o cotidiano das práticas festivas do Clube e das políticas da cidade. O texto foi proferido em discurso por um representante da família de Camilo Chaves Júnior, provavelmente seu neto, Camilo Chaves Neto. Segue abaixo, parte do texto do discurso:

---

<sup>19</sup> Documento transcrito do álbum de recordações da diretoria do Palmeira Clube durante o biênio de 1991-92, organizado pela diretora cultural, Maria José Silva, p. 19, grifo do autor.

Excelentíssimas autoridades aqui presentes!

Amigos do Palmeira Clube!

Senhoras e Senhores!

Tudo começou ali na Rua 18, entre a 22 e a 24. Lá nasceu a boa semente, que – no decorrer do tempo – se transformou na frondosa árvore que é, agora, o Palmeira Clube – acolhendo em sua sombra tantos sócios e tantos amigos, simpatizantes e admiradores, que já se perdeu até a conta, de quantos sejam.

De então para cá, criou-se entre nós, da família Camilo Chaves Júnior, e o Palmeira Clube, um elo, um vínculo, uma amizade, um relacionamento, que jamais se extinguirão. De certa forma, sentimo-nos quase co-responsáveis pelos destinos desta entidade, que hoje se impõe a Ituiutaba, como uma das mais brilhantes de quantas existem.

Por isso mesmo, sensibilizada pela homenagem que presta a Camilo Chaves Júnior, a Diretoria atual do Palmeira Clube, e a sociedade solidária, a família agradece, por meu intermédio, esta manifestação plena de grandeza e de generosidade, ao fundador da instituição. Vem em boa hora, este preito. Inspirados andaram seus autores. E aqui estamos inaugurando um marco histórico, a consagrar, definitivamente, um dos atos administrativos mais caros a Camilo Chaves Júnior, um homem público sempre voltado a favor dos que mais careciam de apoio e de carinho.<sup>20</sup>

O texto, nos parece, visa destacar o vínculo, que se pretende duradouro entre a família Camilo Chaves e o Palmeira Clube, descrito como um "elo" e "relacionamento" que transcende o tempo. Essa ligação é retratada como algo que gera uma sensação de corresponsabilidade pelos destinos do Clube, sugerindo que a família, devido à sua conexão histórica e emocional com a instituição, sente-se parte integrante de seu sucesso e desenvolvimento. O discurso também sublinha o reconhecimento da diretoria do clube pela contribuição de Camilo Chaves Júnior, considerado um "homem público sempre voltado a favor dos que mais careciam de apoio e de carinho." A homenagem é vista, pelos familiares, como um ato de grandeza e generosidade, destacando o papel fundamental de Camilo Chaves Júnior na fundação e na história do clube.

O discurso tende a evidenciar a relevância do Palmeira Clube, não apenas como um local de lazer e recreação, mas como uma entidade profundamente enraizada na história política e social de Ituiutaba, com laços significativos que reforçam sua importância para a comunidade local, sendo assim, essa relação histórica se desenvolve no tempo sob uma perspectiva de benefício mútuo entre as partes: enquanto para a classe política, o apoio dos

---

<sup>20</sup> Documento transcrito do álbum de recordações da diretoria do Palmeira Clube durante o biênio de 1991-92, organizado pela diretora cultural, Maria José Silva, p. 21.

membros do Palmeira, sobretudo em períodos eleitorais, se torna um demonstrativo claro do engajamento da comunidade negra em prol do político em questão; para o Palmeira Clube, um bom relacionamento com vereadores, prefeitos e deputados parecia se constituir numa estratégia válida para estabelecer vínculos com agentes que direta ou indiretamente pudessem beneficiar o Clube, seja por meio da viabilização de recursos públicos concedidos pela prefeitura, ou pelo estreitamento das relações com a classe política local.

## **2.2 Uma nova ótica para a identidade negra nos concursos de beleza**

Os desfiles e bailes temáticos são eventos comuns em vários clubes sociais negros no Brasil, pensar esta prática, aqui representada pelos desfiles e concursos de beleza protagonizados pelos membros femininos da comunidade do Palmeira Clube, se torna uma forma expressiva da manifestação e da idealização de conceitos como a beleza, corporeidade, sexualização, elegância e simpatia, dentre outros fatores valorizados e avaliados nesses concursos.

Segundo o autor, VIGARELLO (2006), as mudanças culturais ocorridas ao longo do tempo e circunscritas em determinados espaços, são capazes de modificar até mesmo a concepção do “gênero” beleza, como aconteceu a partir da nova divisão de trabalho no mundo entreguerras (1918-1939). Os ideais valorizados anteriormente perdem sentido e significado, quando as características sociais femininas mais aprazíveis aos homens, como a passividade e submissão da figura feminina, passam a se afirmar a partir de uma nova estrutura e sob novos estatutos, a iniciativa e o papel ativo das mulheres no mundo do trabalho lhes conferem novos elementos para elaboração de novos “gêneros” de beleza.

O recurso à medida, a insistência sobre a diferença mínima poderia ter favorecido a voga dos concursos de beleza. As “rainhas” e as “misses” se multiplicam entre as duas guerras: *Miss América* em 1921, *Miss França* em 1928, *Miss Europa* em 1929, *Miss Universo* em 1930. A adoção da palavra “*Miss*” confirma a progressiva ascendência norte-americana no que se torna cultura de massa, difusão em grande escala da imagem, do filme, do som. [...] As modelos ganham importância: exibidas, medidas, aparentemente “democratizadas” em suas competições regulamentadas. (VIGARELLO, 2006, p. 154).

Essas competições, de caráter mais “democrático” pelo fato de serem regulamentadas, ajudaram a moldar e difundir novos padrões de beleza feminina, essa mudança reflete não apenas uma transformação estética, mas também uma alteração nos valores e nas expectativas sociais em relação às mulheres, à medida que elas passaram a ocupar um papel mais

proeminente e ativo no mundo do trabalho e da cultura de massa.

O autor demonstra como as mudanças sociais e culturais podem transformar profundamente a concepção de beleza, evidenciando a ligação entre a estrutura social e os padrões estéticos que ganham relevância em determinados períodos históricos, evidenciando a complexidade dessas transformações e a importância dos contextos histórico e cultural na construção de ideais de beleza.

Nesse sentido, os bailes e concursos realizados pelo Palmeira Clube, são passíveis de observação através de uma releitura da valorização do corpo e da beleza feminina negra, caracterizados até meados do século XX como inconcebíveis pela construção racial do conceito de beleza vigente até então. Ao contrário dos concursos de beleza tradicionais, onde o acesso as mulheres negras era obstruído e dificultado de várias maneiras nos clubes sociais tradicionalmente brancos, em clubes sociais negros, a possibilidade de se apresentar e se expressar enquanto uma mulher bela, era compreendida na realização desses eventos, nas competições e avaliações, não somente em relação às características físicas, mas também às características subjetivas de postura, comportamento, elegância e simpatia compreendiam o “gênero” beleza em suas diferentes formas e até mesmo categorias, dado a diversificação de *misses* nos concursos promovidos pelo Palmeira Clube.

A imagem abaixo apresenta o concurso e desfile de beleza realizado no Palmeira Clube em novembro de 1991, ao centro da imagem, desfila Sandra Rosa Azevedo, condecorada naquele concurso com o título de *Miss Revelação*, seguida por outras competidoras do evento nas variadas categorias abrangidas pelo concurso.

Imagem 9 - Concurso de beleza negra realizado no Palmeira Clube.



Fonte: Acervo Gestão Palmeira Clube (1991).

Segundo DAMATTA (1997), em clubes sociais como o Renascença Clube no Rio de Janeiro, o protagonismo adotado pelas mulheres nesses desfiles, era capaz de modificar a estrutura regimental de suas vidas e cotidiano, agora, ocupando espaços e posições de influência que, até então, lhes eram negados.

Neste sentido, a presença da Miss Renascença na passarela, transcendia a figura dela em si. O corpo negro, que desfilava, levava consigo a momentânea redenção das mulheres negras que, de modo estereotipado, são relacionadas ao trabalho doméstico. Eram candidatas a rainhas. Saíam do fundo dos quintais mentais e eram colocadas diante da sociedade discriminadora. Passavam para a sala de visitas dos holofotes e primeiras páginas dos grandes jornais e revistas. O ritual dos desfiles permite, então, que haja a “inversão”: “As posições sociais ocupadas no cotidiano são neutralizadas ou invertidas”. (DAMATTA, 1997, p. 47).

Para o autor, o conceito de inversão no ritual dos desfiles, onde as posições sociais habituais são temporariamente suspensas ou invertidas, representa que durante esses eventos, as hierarquias sociais que normalmente rebaixavam as mulheres negras a invisibilidade eram desconfiguradas, em cima da passarela, elas assumiam um papel de destaque e influência, algo que lhes era sistematicamente negado na vida cotidiana.

Essa inversão não só subverte as normas sociais estabelecidas, mas também destaca a potência simbólica desses eventos, se transformando em espaços de resistência e afirmação, onde as mulheres negras podem reivindicar um novo lugar na sociedade, mesmo que temporariamente. O desfile, portanto, funciona como uma forma de empoderamento, permitindo que essas mulheres ocupem um espaço público de reconhecimento e valorização, desafiando as narrativas dominantes de subordinação e invisibilidade.

A matéria publicada no periódico “Diário Regional” de Ituiutaba, em 1991, reporta o convite estendido a comunidade tijucana para o “Baile Noite das Estrelas” a ser realizado no dia 16 de novembro de 1991.

**ITUITUABA** – Estimulados pelo sucesso do concurso realizado no Palmeira Clube, os seus diretores programaram para sábado, dia 16 de novembro, o Baile Noite das Estrelas, quando entregarão os títulos, faixas e medalhas às misses que foram eleitas por um júri especial.

As misses são: Aparecida Andreilda: Miss Café Ituiutaba; Marivânia Xavier Cavalcante, Miss Palmeira Clube; Sandra Rosa de Azevedo, Miss Revelação; Cláudia Paula Dutra, Miss Simpatia; Elma Machado, Mulata de Ouro.

O desfile começará às 21:00 horas, no salão de festas do Palmeira Clube, e às 23:00 horas o baile animado pela Banda Nova York.

Ismael Barbosa, presidente e Maria José Silva, diretora cultura, contam com a presença dos associados e várias autoridades, além da presença especial das representantes do clube elite de Uberaba<sup>21, 22</sup>.

O “Baile Noite das Estrelas” é uma possível evidência das várias formas como o Palmeira Clube se organizava e manifestava a sua cultura, pois, ao promover um evento em que mulheres negras competem e são avaliadas por sua beleza, vestimentas, simpatia, formas de ser e agir durante os desfiles, ele regimenta também uma nova forma de identidade cultural, subvertendo e valorizando a beleza e os atributos próprios da raça negra, que se configuram em atributos e características físicas estigmatizados pela violência e exclusão racial no Brasil. A pele escura, o cabelo crespo, os lábios grossos, o nariz achatado, são reelaborados nestes desfiles como traços e fenótipos a serem exaltados pelas *misses* e pela comunidade, reinterpretados em si, como um ato de resistência e valorização subjugados pelos padrões e características de beleza estipulados nos concursos e desfiles tradicionais.

A nomenclatura dos títulos das categorias, como “Miss Café Ituiutaba” e “Mulata de Ouro”, são representações de termos e características outrora utilizados para inferiorizar mulheres negras em demonstrações de menosprezo, aqui, estes títulos passam a ser ostentados com orgulho e congratulados pela comunidade, como sinal de exaltação dessa cor e desses traços, por isso, os desfiles de beleza do Palmeira Clube parecem ser representações de uma forma possível para se promover inclusão e cidadania entre os membros femininos da comunidade interna do Clube.

### **2.3 O carnaval palmeirense**

Outro evento marcante àquela época. O carnaval na cidade de Ituiutaba, durante muitos anos, teve os clubes recreativos da cidade como principais agentes de promoção dessa celebração, sobretudo durante a década de 1980, agremiações como o Ituiutaba Clube, Ipê Country Clube e o Palmeira Clube, desempenharam papel importante na organização e realização da festa de carnaval na cidade de Ituiutaba. O Palmeira Clube além de promover a festividade em seu salão de festas, também se apresentava nos desfiles da cidade, em blocos e

---

<sup>21</sup> O Elite Clube de Uberaba, assim como o Palmeira Clube, foi um clube social negro, fundado em 1965, e por razões semelhantes ao Palmeira, foi interdito judicialmente em 2007, ao longo de sua história, o Elite Clube e o Palmeira Clube compartilharam vários momentos e ações de apoio mútuo e intercâmbio cultural durante os eventos realizados em ambas as sedes.

<sup>22</sup> Documento transcrito do álbum de recordações da diretoria do Palmeira Clube durante o biênio de 1991-92, organizado pela diretora cultural, Maria José Silva, p. 25.

carnavais de rua, nesse sentido, a comunidade de sócios do Palmeira, desenvolveu ao longo do tempo, uma tradição carnavalesca, sobretudo durante as décadas de 1980 e 1990, elegendo a época de carnaval, um evento importante no planejamento anual de festividades do Clube e da manifestação da cultura e identidade afro-brasileira, através da ocupação de espaços de sociabilização urbana, como o centro da cidade e a Praça da Prefeitura. A manifestação dessa prática histórica e tradicional da comunidade negra no Brasil, passa a ser apropriada no carnaval de Ituiutaba, através do simbolismo e do valor cultural que essa celebração representa para essa comunidade.

Assim como reflete um dos principais intérpretes do Brasil sobre o tema, DAMATTA (1997) observa que na expressão do período de carnaval, a sociedade brasileira permite que sua estrutura e estratificação sejam reorganizadas, moldando temporariamente uma nova hierarquia social, “[...] Chama a atenção, nesses desfiles, a inversão constituída entre o desfilante (um pobre, geralmente negro ou mulato) e a figura que ele representa no desfile (um nobre, um rei, uma figura mitológica) e, ainda, a participação de toda a sociedade inclusiva, seja como juiz, seja como torcedor.” (DAMATTA, 1997, p. 58). Enquanto durar o carnaval, práticas e costumes malvistas por uma sociedade tradicionalmente conservadora, são permissíveis dentro da lógica e dinâmica dessa celebração, binômios como o sagrado e o profano, religioso e secular, formal e informal são transmutados, reelaborados e reabsorvidos de uma forma única durante essa festa.

Como o desfile carnavalesco reúne um pouco de tudo – a diversidade na uniformidade, a homogeneidade na diferença, o pecado no ciclo temporal cósmico e religioso, a aristocracia de costume na pobreza real dos atores, ele remete a vários subuniversos simbólicos da sociedade brasileira, podendo ser chamado de um desfile polissêmico, [...] assim se diz que o carnaval é uma festa do povo. (DAMATTA, 1993, p. 59).

A importância de se considerar o carnaval não apenas uma festa, mas também um espaço onde as tensões sociais e políticas se desenrolam, permitindo uma visão mais profunda das relações entre cultura popular e os desafios enfrentados pelo Brasil nas décadas de 1980 e 1990, mostram a potencialidade dessas manifestações culturais, como o é o caso do carnaval promovido pelo Palmeira Clube, que poderia servir tanto como um reflexo quanto como um meio de possibilidades, frente às condições adversas vividas pelo grupo social.

Analisando os periódicos da cidade durante o recorte de 1990-1994, se destaca a forma como os jornais locais se reportam ao evento. Como é o caso do exemplar do jornal Diário Regional, de 18 de fevereiro de 1993, que chama atenção para os casos de aumento do consumo de álcool pela população de Ituiutaba e comenta, na manchete do jornal, um

enunciado acompanhado de uma gravura sobre o número crescente de casos de contaminação com o vírus do HIV e manifestação da AIDS durante o período de festa de carnaval.

Várias camisinhas serão distribuídas pela Diretoria Regional de Saúde, em Conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, numa campanha desencadeada pela Secretaria de Saúde, visando a prevenção da AIDS.

De acordo com o diretor regional, o médico Manoel Carolino de Paiva, a distribuição tem como prioridade atingir as classes menos favorecidas, onde o poder aquisitivo é baixo.

As estatísticas comprovam que há crescimento no número de doentes contaminados pelo HIV nessa faixa da população. (DIÁRIO REGIONAL, p. 1, 1993).

O periódico retrata o carnaval em Ituiutaba durante os anos da década de 1990 sob uma perspectiva de cuidado para a saúde pública, recomendando a moderação do consumo de álcool e a utilização de métodos preventivos para reduzir a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis durante o período da festa, ao apresentar o viés do jornal e a perspectiva de atenuação aos danos à saúde da população.

Nesse sentido, a omissão do jornal com relação a outras temáticas pertinentes a festa, como os valores e simbolismos que o carnaval carrega com relação a tradição afro-brasileira, marca a posição de neutralidade do periódico ao não retratar temas sensíveis a cultura e tradição do povo negro de Ituiutaba e de sua entidade representativa, considerando que há na cidade, um clube social negro envolvido nesta atividade e que privilegia essa manifestação, a ausência dessa questão nos quatro anos de publicação analisados, indica que não há interesse em apresentar essa outra perspectiva do carnaval, que não seja apenas o aumento do consumo de álcool e doenças sexualmente transmissíveis.

Ismael Barbosa, presidente do Palmeira Clube, relata durante sua entrevista que as festas de carnaval promovidas pela entidade se tornaram ao longo do tempo uma das atividades mais aguardadas pelos associados do Clube, portanto, a contribuição dessa tradição transparece nas atividades de festejo anuais do Palmeira de tal forma que compõe uma das principais missões cívicas da entidade enquanto instituição formadora, concebendo a valorização e a celebração da origem e das tradições afrodescendentes em todos os aspectos possíveis, envolvendo desde a música, a dança, os trajes, o protagonismo negro durante sua celebração, a inclusão social e a preservação de uma tradição tão importante para a formação cultural brasileira:

No caso do Palmeira, os tradicionais bailes de salão, o povo ficava rodeando os bailes, um fantasiado de neném, um fantasiado de médico, formidável... Foi coisa bonita. Tocando marchinhas do carnaval tradicional, “Mamãe Eu Quero”, “Allah-la Ô”, tal, e tudo isso. Foi algo realmente de tirar o chapéu. E eram os carnavais que aconteciam lá no Palmeiras. Saía do campo, do salão, antes de começar o carnaval

do salão, nós ia pra rua. O carnaval de rua começava por volta de 19 horas. Nós desfilávamos pelas ruas centrais da cidade, com a escola do samba, né? Vicente Paixão do Amaral era maestro da escola, o palco montado nas avenidas centrais, é um lado bonito do carnaval. Quem não queria ir no salão e quem não queria participar da noite, as pessoas de mais idade, ia assistir nas ruas centrais. A escola de samba descia com as baianas nas ruas centrais.

Questionado sobre como se procediam as competições entre escolas de samba na cidade, ele responde:

Depois, mais tarde, passou a ter. Surgiu uma outra grande escola de samba na cidade, chamada Aroeira. Se eu não estou enganado, foi fundada por Jorge Tomaz da Silva, o vereador Jorginho. Era um relacionamento, uma “ferozia”<sup>23</sup> [sic], das escolas de samba do Palmeira com a escola de samba Aroeira. Todo mundo era alegria e felicidade. E todo mundo era feliz. A história, a tradição e tal, foi muito bom, ela fazia brilhar mais o outro. É como um time de futebol jogando sozinho. Não tem graça nenhuma.

A menção às competições entre escolas de samba, especialmente a rivalidade amistosa com a Escola de Samba Aroeira, acrescenta uma camada de dinamismo e interação comunitária ao relato. Ismael compara essa competição ao futebol, sugerindo que, assim como no esporte, a presença de uma rivalidade saudável entre as escolas de samba enriquece e valorizava ainda mais a tradição carnavalesca na cidade.

Ao valorizar e celebrar as origens e tradições pertinentes ao carnaval, no contexto do Palmeira Clube, a noção de uma mera festividade parece ser extrapolada, e passa a ser um símbolo de resistência cultural, inclusão social, e celebração da identidade negra. O relato de Ismael Barbosa reforça a ideia de que essas tradições não apenas entretêm, mas também educam e fortalecem laços comunitários, criando um espaço onde a cultura afrodescendente pode ser celebrada e preservada para as gerações futuras.

Os bailes de salão e desfiles de rua ressaltam a alegria e a união que o carnaval é capaz de proporcionar, transformando-se em um marco cultural e social para a comunidade do Palmeira Clube e para a comunidade de Ituiutaba. A rivalidade amigável entre as escolas de samba Palmeira e Aroeira exemplifica como, segundo a perspectiva de Ismael, a competição saudável pode fortalecer e enriquecer ainda mais essa tradição, cumprindo a missão cívica da entidade e desenvolvendo um senso de pertencimento para todos os envolvidos.

Dessa forma, a comunidade do Palmeira Clube, enquanto agentes e promovedores dessa expressão cultural, são passíveis de uma historicização da experiência através das formas como se registram essa celebração pelos membros e sócios do Clube, dentre as fontes

---

<sup>23</sup> A inflexão do adjetivo feroz para “ferozia”, se trata do sentido de que as competições entre as escolas de samba Palmeira Clube e Aroeira eram acirradas.

analisadas, embora não esteja dentro do recorte temporal da pesquisa, nos chamou a atenção uma entrevista produzida pelo canal ArtejucanA no *YouTube*, intitulada “Mariquita - Porta Bandeira do Palmeira Clube - Matriarcas Negras de Ituiutaba”, que mostra com detalhes, vídeos, sons e imagens de participações da escola do Palmeira Clube nos desfiles da cidade durante a década de 1980, junto ao relato de Maria Francisca Luiza, é possível empreender uma análise sobre as experimentações, vivências e memórias respectivas ao período.

A imagem abaixo apresenta um dos desfiles de rua do bloco de carnaval do Palmeira Clube, em destaque na imagem, Maria Francisca Luiza primeira porta-bandeira do Clube.

Imagem 10 – Desfile do bloco de carnaval do Palmeira Clube.



Fonte: Acervo PVS - Produções (1985).

Durante a reflexão sobre sua experiência como porta-bandeira do Palmeira Clube, Maria Francisca destaca o significado emocional e o crescimento pessoal associados a função de porta-bandeira da agremiação, ela recorda os encontros de amigos em pontos e residências de pessoas como dona Benedita, onde planejavam atividades relacionadas ao carnaval, fomentando o sentimento de camaradagem e paixão partilhada pelas suas tradições culturais, incluindo a atmosfera vibrante dos cortejos carnavalescos na Praça Getúlio Vargas e na Praça da Prefeitura, Maria Francisca enfatiza a energia e o entusiasmo dos participantes e espectadores.

- [...] o pessoal que fazia a divulgação da letra, saía para entregar para quem estava na avenida, sei que num instantinho o pessoal aprendia o hino do Palmeira Clube, então, ali a gente rodava, a gente se esbaldava, a gente cantava, a gente chorava, porque era tão emocionante que a gente chorava.

- [...] eu aprendi até uns passos de porta-bandeira, com uma mocinha, que era da velha guarda da Mangueira (escola de samba do Rio de Janeiro), eles foi convidado pelo Palmeira Clube, e a mocinha da porta-bandeira da Mangueira veio, e eu já era porta-bandeira, e eu pedi uns passos, umas aulas e ela me deu, porque até antes disso, eu não sabia pegar direitinho no pau da bandeira, no estandarte, eu não sabia, ela me ensinou, que tinha que pegar e fazer assim (alusão ao movimento cênico que se realiza com o mastro do estandarte), e fui desempenhando mais, é que eu nunca tinha visto nem porta-bandeira aqui em Ituiutaba.

Destacando experiências de colaboração com uma porta-bandeiras da “Velha Guarda da Mangueira”, do Rio de Janeiro, ela aponta para o aprendizado de técnicas de hasteamento da bandeira, aprimoramento de habilidades e qualidade no desempenho durante o desfile. Maria Francisca demonstra as potencialidades que a comunidade foi capaz de alcançar, quando, ao repassar tradições pertinentes a festa de carnaval, também foram passados intrinsecamente, possibilidades de continuar e expandir determinadas formas e tradições de celebração do carnaval, engrandecendo sua rede de significações e incorporando nessa comunidade ainda mais elementos que corroborem à sua identificação cultural, com finalidade à um processo emancipatório, como atesta o art. 2º do Estatuto Social do Palmeira Clube: “São suas finalidades o desenvolvimento de atividades relacionadas ao esporte, ao lazer e as diversões de caráter social, educacional e cívica”.

A utilização dessa fonte no presente trabalho foi crucial para trazer à tona as memórias e significados que o Palmeira Clube teve para seus membros, o álbum utilizado neste estudo como fonte, produzido por Maria José da Silva, diretora cultural da gestão do Palmeira Clube e entregue como presente à Ismael Barbosa, ao final de seu mandato, foi organizado cronologicamente de acordo com os marcos e celebrações dessa diretoria, que segundo ela, seriam importantes para serem resguardados à posterioridade. A construção dessa representação mostra a intencionalidade da diretoria em evidenciar os momentos criteriosamente selecionados para elevar a imagem do Palmeira Clube e conseqüentemente os feitos dessa gestão, por isso, apesar de sua importância como fonte e material de estudos para análise desse período, é fundamental considerar os relatos e experiências que não estão presentes nesse material.

O álbum serviu como um recorte importante para analisar as relações sociais e culturais estabelecidas no Clube, embora se trate de uma parte limitada de sua história, esse recorte abre espaço para uma investigação mais profunda sobre as razões que levaram à

decadência do clube, o que demanda uma análise em um contexto mais amplo, considerando fatores econômicos, sociais e culturais da época. Portanto, o estudo sugere que a história do Palmeira Clube, embora rica em simbolismos e significados, ainda carece de ser trabalhada de maneira mais abrangente, explorando as causas subjacentes de sua transformação e eventual declínio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo investigar e compreender a relevância do Palmeira Clube em Ituiutaba, com um foco específico na forma como esse grupo e as atividades socioculturais promovidas por eles, moldaram a identidade do Clube e da comunidade negra local. A problemática que norteou a pesquisa, sobre o papel do Palmeira como um espaço de resistência cultural e de inclusão social, foi parcialmente respondida ao longo da análise dos relatos de sócios e diretores durante as entrevistas realizadas, com Luzia Eterna Ribeiro, diretora social, Maria José da Silva, diretora cultural e Ismael Antônio Barbosa, presidente do Palmeira Clube. Além da análise do álbum organizado por Maria José e das fontes nele contidas, com ênfase nas tradições festivas e na memória coletiva preservada, pela diretoria do Clube durante o biênio de 1991-1992.

Este estudo representou um esforço para resgatar e preservar a memória de uma instituição que foi muito mais do que um simples local de entretenimento. O Palmeira Clube, através de suas atividades, consolidou-se como um espaço de resistência e expressão cultural afro-brasileira, especialmente em um contexto de segregação e exclusão social. A análise das festividades, como os concursos de beleza, bailes de carnaval e os desfiles de rua, revelou não apenas a função recreativa do Clube, mas sua missão cívica em valorizar e perpetuar as tradições afrodescendentes. Isso reforça que o Palmeira não apenas promovia entretenimento, mas desempenhava um papel crucial na formação de uma consciência coletiva e na construção de laços comunitários, conforme prevê o Estatuto Social do Palmeira Clube.

A utilização do álbum como fonte de análise foi essencial para possibilitar um conhecimento mais abrangente sobre o Clube e seus significados sociais e culturais. Ao organizar cronologicamente os eventos mais importantes da primeira gestão de Ismael Barbosa, o álbum não apenas resguardou a memória institucional, mas também revelou a intenção da diretoria de reforçar os marcos históricos e os feitos de sua gestão. Embora seja um recorte limitado da história completa do Palmeira, ele permite uma visão mais detalhada sobre as relações sociais, as celebrações e os desafios enfrentados pela comunidade ao longo do tempo.

Essa análise abriu caminho para o início de uma compreensão mais ampla da história do Clube, sobretudo na investigação das causas da decadência do Palmeira Clube nos últimos dez anos. Apesar disso, o impacto cultural e social do Palmeira, principalmente como espaço de resistência e celebração das tradições afrodescendentes, permanece incontestável.

Ao abordar o estado da arte produzido pela academia sobre o tema de clubes sociais

negros no Brasil e a fundação do Palmeira Clube e seu papel como espaço de resistência em um contexto de exclusão racial durante a década de 1940, juntamente aos destaques das festividades e a preservação da memória cultural, fica evidente que o Palmeira Clube não só proporcionava momentos de lazer, mas também desempenhava um papel central na luta pela valorização da cultura negra. As tradições carnavalescas, os eventos e os esforços para manter a memória coletiva viva, são evidências de que o Palmeira transcendeu à função de Clube recreativo, assumindo um papel formador na identidade afro-brasileira local.

Em suma, este trabalho reafirma a importância de investigar e registrar a história de instituições como o Palmeira Clube, que, ao longo de décadas, foram responsáveis por promover a inclusão social, a resistência cultural e a preservação de tradições afrodescendentes, em um Brasil marcado pela desigualdade e segregação.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Orais

BARBOSA, Ismael Antônio. Presidente do Palmeira Clube. 2023

RIBEIRO, Luzia Eterno. Diretora Social do Palmeira Clube. 2022

SILVA, Maria José. Diretora Cultural do Palmeira Clube. 2022

### Álbum

ITUIUTABA. **Estatuto Social do Palmeira Clube**, 23 de out. de 1986.

### Legislação

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Seção II Da Cultura (art. 215 a art. 217). Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Brasil: Análise e Sistematização de Informações, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 3.551/2000, 04 de agosto de 2000**. Institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)>.

BRASIL. **Ofício nº 02.16.0342.0019389/2023-97**. Ministério Público de Minas Gerais. Ofício 05/2023 oriundo do 54º Batalhão da Polícia Militar, noticiando as condições precárias do imóvel Palmeira Clube. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/main.jsp?lumPageId=2C96808778A843160178A8867E0B1AFE&lumI=br.mp.mpmg.portal.service.consultaprocessual.primeiraInstanciaDetails&itemId=641e0e9670a4d8d78c082c0a>>.

ITUIUTABA. **Lei nº 1.415, de 28 de abril de 1971**. Declara de Utilidade Pública o “Palmeira Clube”. Ituiutaba: Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Disponível em: <<https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1971/lei-no-1-415-de-28-de-abril-de-1971/view>>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.474, de 5 de novembro de 1971**. Concede subvenções no exercício de 1972. Ituiutaba: Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Disponível em: <<https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1971/lei-no-1-474-de-5-de-novembro-de-1971/view?searchterm=1.474>>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.845, de 9 de dezembro de 1977**. Autoriza o Poder Executivo a concordar com alienação de imóvel doado ao Palmeira Club, em virtude da Lei nº 206, de 10 de setembro de 1953. Ituiutaba: Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Disponível em: <<https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1977/lei-no-1-845-de-9-de-dezembro-de-1977/view?searchterm=1.845>>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.148, de 30 de junho de 1982.** Autoriza o Poder Executivo a conceder ajuda financeira ao Palmeira Clube e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Disponível em: <<https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1982/lei-no-2-148-de-30-de-junho-de-1982/view?searchterm=2.+148>>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.874, de 10 de junho de 1992.** Declara de utilidade pública a Fundação Municipal Zumbi dos Palmares. Ituiutaba: Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Disponível em: <<https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1992/lei-no-2-874-de-10-de-junho-de-1992/view?searchterm=2.874>>.

### **Periódico**

Começa o Carnaval. Diário Regional. Ituiutaba, ano XXVIII, n. 4 983, 18 de fev. 1993.

### **Vídeo**

MARIQUITA - porta bandeira do Palmeira Clube: Matriarcas Negras de Ituiutaba. Produção: ArtejucanA. [Ituiutaba]. Youtube. 19 mar. 2024. 18min10s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9qUWGuFsxCk>>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Fontes orais – História dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Raça e racismo. *In*: **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. p. 17-37.
- ANDREWS, George R. **América-Afro-Latina: 1800-2000**. Tradução: Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2007.
- ATIYEH, Bishara. Desastre na boate Kiss, Brasil. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 502, 2013. Disponível em: <<https://www.rbcp.org.br/Content/imagebank/pdf/v27n4a03.pdf>>.
- BERNARDINO, Maria Cleide R; SILVA, Joselina da. A democracia racial em desfile: concursos de beleza na década de sessenta. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 203-221, 2014. Disponível em: <<https://abpn.emnuvens.com.br/site/article/view/183>>.
- BRAGA, Geslline G. “Cada um no seu quadrado”: os Clubes Sociais Negros e a imaterialidade do lugar na produção cultural do real. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 06-24, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/58394>>.
- CAVALHEIRO, Maria Eloisa. As Contribuições dos Estudos sobre Memória e História Oral no Mundo Acadêmico e na Sociedade. **Revista Prâksis**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 33–40, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/565>>.
- COSTA, Iza. **Memórias e Histórias de Negros em Ituiutaba nas décadas de 1930/60**. Monografia (Graduação em História). Ituiutaba: Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, 2011.
- DAMATTA, Roberto A. Carnavais, Paradas e Procissões. *In*: **Carnavais Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 47-82.
- ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: Lugares de Memória, Resistência Negra, Patrimônio e Potencial**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/10961>>.
- FERRARA, Miriam N. A imprensa negra paulista (1915-1963). **Rev. Bras. de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 197-207, mar./ago. 1985. Disponível em: [https://www.snh2013.anpuh.org/resources/download/1243471545\\_ARQUIVO\\_miriamferrara.pdf](https://www.snh2013.anpuh.org/resources/download/1243471545_ARQUIVO_miriamferrara.pdf)>.
- FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 3-14.

GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma da festa**: Família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. p. 308.

GIAVARA, Eduardo. A dinâmica da produção do arroz em Ituiutaba (1950-1970). **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 182-199, jan./jun. 2019. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. *In*: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução: Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 25-50.

LIMA, Alessandra Rodrigues; SILVA, Guilherme Carvalho da. **Mapeamento dos clubes sociais negros no Brasil**: análise e sistematização de informações. Brasília: Iphan, 2015.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas - História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 43-62.

MAUAD, Ana Maria. Itinerários da memória - práticas fotográficas, trajetórias profissionais e os sentidos da história. **Nuevo Mundo**. Mundos Nuevos [En ligne], jun. 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/63139>>.

MAYOR, Sarah Teixeira S. A veiculação do carnaval mineiro na década de 1980: A salvação da pátria brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, p.725-741, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/2164/1121>>.

MUNIZ, Ana Maria Alves. **Da luz da lamparina ao opaco refletor**. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16488>>.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo, PUC-SP. n° 10, p. 12. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>.

ODETTI, C. Ângela.; MAGALHÃES, L.D.R.; TIRIBA, L. Historicizar a experiência: um ensaio sobre seus fundamentos teóricos e metodológicos. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e9810413882, abr. 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13882>>.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. Tradução: Ricardo Santhiago. São Paulo. Letra e Voz, 2016.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-33, abr. 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223>>.

RAFAEL, Luana Regina M. **Entre o ritmo, a cor e o movimento: as territorialidades na festa de congada da cidade de Ituiutaba/MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21554>>.

ROVAI, Marta G. de O. Aprendendo a ouvir: a história testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, v. 16, nº 2, p. 129-148, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/313>>.

SÃO BERNARDO, Augusto Sérgio dos Santos de. A LENDA E A LEI: A ancestralidade afro-brasileira como fonte epistemológica e como conceito ético-jurídico normativo. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, Vitória da Conquista, v. 3, nº 6, p. 226-250, jul. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22481/odeere.v3i6.4422>>.

SECRETO, María Verónica; GOMES, Flávio dos Santos. **Territórios ao Sul: Escravidão, escritas e fronteiras coloniais e pós-coloniais na América**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil – Uruguai no pós-abolição (1870 – 1960)**. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/172963>>.

SILVA, Renata Nogueira. Projetos culturais e redes de solidariedade: Traduções e transposições das práticas congadeiras. **Áltera Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 2, nº 3, p. 73-97, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/29564#:~:text=O%20objetivo%20do%20trabalho%20%C3%A9%20compreender%20os%20modos%20pelos%20quais>>.

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil (1913-1980)**. Dissertação (Mestrado em História), Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2018. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/4367>>.

SOUTO, Amanda M. Os sentidos da Festa de São Benedito em Ituiutaba/MG: criatividade, resistências e estratégias na pandemia. *In: Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*, 20, Anais Eletrônicos. Rio de Janeiro. 2022.

THOMPSON, Edward P. O Termo ausente: a Experiência. *In: A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 180-200.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. *In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 233-246.

VIGARELLO, Georges. As “sílides modernas”. *In: História da beleza: o corpo e a arte de se embelezar do renascimento aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 143-156.